



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA
AGRÁRIA
CAMPUS DE ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

DENISE CARLA CORNELLI

**O CURRÍCULO DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA NOVA
SOCIEDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A ABORDAGEM DE QUESTÕES
RELATIVAS AOS/ÀS TRABALHADORES/AS DO CAMPO E À LUTA PELA
TERRA**

VERANÓPOLIS – RS

2017

DENISE CARLA CORNELLI

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado como requisito para obtenção de
grau de Licenciatura em História pela
Universidade Federal da Fronteira Sul,
Campus de Erechim.

ORIENTADOR (A): Profa. Dra. Alessandra
Gasparotto.

VERANÓPOLIS – RS

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Cornelli, Denise Carla

O CURRÍCULO DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA
NOVA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE SOBRE A ABORDAGEM DE
QUESTÕES RELATIVAS AOS/ÀS TRABALHADORES/AS DO CAMPO E À
LUTA PELA TERRA / Denise Carla Cornelli. -- 2017.

64 f.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Gasparotto. .

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em história , Erechim, RS , 2017.

1. Currículo de história do ensino médio. I. , Profa.
Dra. Alessandra Gasparotto., orient. II. Universidade
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

DENISE CARLA CORNELLI

O CURRÍCULO DE HISTÓRIA NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA NOVA SOCIEDADE:
UMA ANÁLISE SOBRE A ABORDAGEM DE QUESTÕES RELATIVAS AOS/AS
TRABALHADORES/AS DO CAMPO E À LUTA PELA TERRA

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientadora: Profa. Alessandra Gasparotto

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 23/11/2017.

Banca examinadora:



Profa. Alessandra Gasparotto



Profa. Lia Urbini



Profa. Solange Todero Von Onçay

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer primeiramente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pela oportunidade que tive e estou tendo de fazer uma graduação, em especial ao MST-RS de onde me originei militante.

Aos companheiros e companheiras do Instituto de Educação Josué de Castro e a Turma Eduardo Galeano que contribuíram com minha formação humana e militante.

A minha orientadora Alessandra Gasparotto, por disponibilizar-se a esta tarefa e que me incentivou e ajudou na organização e finalização deste trabalho, inclusive chamando para a responsabilidade e compromisso.

Ao meu irmão Juarez Cornelli, pela disponibilidade em ler meu trabalho e pelas excelentes e preciosas observações, a partir de uma olhar de historiador e de docente da disciplina de História.

Ao camarada Antonio Kanova pelo auxílio na formatação do trabalho.

A Escola Nova Sociedade e a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para que eu conseguisse fazer minha pesquisa, especialmente Elizabete Witcel, Cícero Marcolon, Gabrieli Santos, Renata Alves e Débora Horlle D'Ávila, que dispuseram de seu tempo para conceder-me as entrevistas.

Também a minha família, pelo apoio, principalmente minha mãe, que mesmo de longe sempre esteve me mandando boas energias e me incentivando.

Ao meu companheiro Paulo Roberto, pelas palavras otimistas, pelo incentivo, pela compreensão e por sempre ter acreditado em meu potencial e na minha capacidade.

A Keila Cristina, por ter me ajudado com minha filha, por todo com o cuidado, amor e zelo a ela dedicado.

A Minha filha Maria Ângela, mesmo tão pequena, ter compreendido e respeitado os momentos em que precisei ficar longe dela para estudar, e por ser essa força inspiradora em minha vida.

RESUMO

A pesquisa tem como tema o currículo de História no Ensino Médio da Escola Nova Sociedade, uma análise sobre a abordagem de questões relativas aos/as trabalhadores/as do campo e a luta pela terra. A escola pesquisada fica no assentamento Itapuí, localizado no município de Nova Santa Rita no Rio Grande do Sul. Os métodos utilizados para desenvolver o trabalho foram o estudo e análise dos documentos internos da escola como Projeto Político pedagógico, Regimento Interno e Plano de Estudos, além da pesquisa participante, onde foram entrevistados educandos, educadores e direção da escola. As conclusões apontam por afirmar que apesar de todas as dificuldades apresentadas, consegue desenvolver um trabalho relacionado à história da luta pela terra e o MST, junto aos seus educandos/as e que a Escola Nova Sociedade trabalha a abordagem de questões relativas aos/às trabalhadores/as do campo e à luta pela, porém, sem sempre esse trabalho se dá pelo viés do currículo da disciplina de História, é um trabalho desenvolvido pelo conjunto da escola, perpassando outras disciplinas, outros tempos, outras dinâmicas, para além da sala de aula, como é o caso dos projetos que a escola desenvolve e que foram mencionados ao longo do trabalho.

Palavras-chave: Escola. Currículo. Movimento.

RESUMEN

La investigación tiene como tema el currículo de Historia en la Enseñanza Media de la Escuela Nueva Sociedad, un análisis sobre el abordaje de cuestiones relativas a los trabajadores / as del campo y la lucha por la tierra. La metodología utilizada para desarrollar el trabajo fue el estudio y análisis de los documentos internos de la escuela como Proyecto Político pedagógico, Regimiento Interno y Plan de Estudios, además de la investigación participante, donde fueron entrevistados educandos, educadores y dirección de la escuela. Las conclusiones apuntan por afirmar que a pesar de todas las dificultades presentadas, logra desarrollar un trabajo relacionado con la historia de la lucha por la tierra y el MST, junto a sus educandos y que la Escuela Nueva Sociedad trabaja el abordaje de cuestiones relativas a los / las trabajadores y en el caso de que se produzca un cambio en las condiciones de vida de las personas, las condiciones de vida, en la clase, como es el caso de los proyectos que la escuela desarrolla y que se han mencionado a lo largo del trabajo.

Palabras-clave: Escuela. Currículo. Movimiento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1-LUTA PELA TERRA, PELA EDUCAÇÃO E PELA ESCOLA NO MST	13
1.2 A ESCOLA NOVA SOCIEDADE E SEU VÍNCULO COM A LUTA PELA TERRA...	22
1.3 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR.....	23
1.4 ENSINO MÉDIO NA ESCOLA NOVA SOCIEDADE.....	25
1.5 GESTÃO ESCOLAR	29
1.6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	32
2. NO CURRÍCULO DE HISTÓRIA A ABORDAGEM	35
2.1 OBJETIVOS E CONTEÚDOS DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO	38
2.2 - LIVRO DIDÁTICO	41
2.3.-MEU CONTATO COM A ESCOLA NOVA SOCIEDADE	45
2.4 – AS ENTREVISTAS	47
2.4.1 – Trajetória de vida e sua aproximação com o MST e com a Escola Nova Sociedade...	47
2.4.2 – O olhar sobre a escola Nova Sociedade a partir dos entrevistados	49
2.5 Trabalho sobre a história da luta pela Terra e o MST na Escola e no componente curricular de História	52
2.6 Formação política e pedagógica para os educadores.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	64

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema central o currículo de História no Ensino Médio e a abordagem de questões relativas aos/as trabalhadores/as do campo e à luta pela terra. Tomou como ponto de partida a realidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nova Sociedade, uma escola do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, localizada no Assentamento Itapuí, no município de Nova Santa Rita/RS.

O tema da pesquisa foi o currículo do Ensino Médio, da Escola Nova Sociedade, com a perspectiva de analisar como se dá a relação do ensino de História com a história do assentamento, das famílias assentadas e do próprio MST.

Esse trabalho visa dialogar com as discussões que o Setor de Educação do MST vem fazendo sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas do Campo e como elas dialogam, ou não, com a vida da comunidade assentada e com a história do MST de forma geral. O intuito foi de analisar se o currículo de História dá conta dessa demanda, além de investigar se a escola trabalha essas questões para além do currículo, ou seja, que outras formas de trabalho a escola desenvolve para garantir o ensino da História da luta pela terra, dos assentados e do MST.

A investigação é importante porque permite analisar os currículos e a abordagem dos/as professores/as de História, de forma a construir reflexões que podem vir a qualificar tal abordagem nas escolas do campo. Também é de suma importância para o Setor de Educação do MST, pois permite a partir do trabalho, ocupar-se da sistematização como referencia para o debate da estruturação do currículo, aprofundando as diferentes formas de trabalho com a temática da história do Movimento e da questão agrária.

Ao longo do trabalho buscou-se estudar o Projeto Político Pedagógico da escola e se o mesmo reflete a prática cotidiana de sala de aula, mais especificamente com a disciplina de História.

Para desenvolver o trabalho, traçou-se como objetivo geral: Analisar se e como são abordadas as questões relativas à população do campo, à luta pela terra e à história do MST no currículo de História do Ensino Médio da Escola *Nova Sociedade*. E como objetivos específicos: Analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Nova Sociedade e qual a relação com a prática docente dos professores da disciplina de História, relacionada às questões que tratam do trabalhador/a do campo, da luta pela terra e da história do MST; b) Discutir a história da escola, retomando seus aspectos sociais de fundação; c) Investigar o

perfil e as práticas dos/as professores/as de História, observando e analisando os materiais pedagógicos e as abordagens utilizadas para trabalhar as questões do campo, a luta pela terra e o MST; d) Analisar o livro didático utilizado pelas turmas de Ensino Médio da escola, de forma a identificar a presença e/ou ausências das temáticas relativas à população do campo e à luta pela terra.

A pesquisa buscou identificar quem são os educadores da disciplina, qual sua formação pedagógica e política, seu vínculo com o MST ou com outros movimentos sociais e sua compreensão sobre a história do Movimento, sua trajetória de luta. Além disso, procurou-se analisar como é a abordagem, quais livros didáticos e/ou outros materiais pedagógicos são usados para a preparação das aulas de História, mais especificamente sobre o assentado/a e a história do Assentamento e da luta pela terra.

Os sujeitos da pesquisa foram a educadora da disciplina de História, diretora e vice-diretor e duas educandas do Ensino Médio e a coordenadora do Setor de Educação, que concederam entrevistas para fins desta pesquisa. As entrevistas percorreram questões gerais a todos os entrevistados, relacionadas à história de vida, origem, formação acadêmica e política, relação com a escola Nova Sociedade e com o MST. Para a educadora da disciplina de História, foram realizadas perguntas específicas referentes ao trabalho de sala de aula, sobre as questões do MST e da luta pela terra, materiais pedagógicos utilizados para dar aula e sobre o uso ou não do livro didático. Para a direção, as questões foram em torno das atividades gerais da escola, como projetos, atividades temáticas e de como a escola trabalha as questões relacionadas ao MST e a luta pela terra na escola. As educandas foram questionadas no sentido de saber se elas conhecem a história do assentamento e do MST, como são trabalhadas essas questões e quais são as atividades desenvolvidas pela escola; a entrevistas com as educandas, foram realizadas sob indicação da direção da escola, não havendo critérios de escolha dos entrevistados.

Para discutir esse tema eu utilizo alguns autores que ajudam a pensar sobre currículo no Ensino Médio, currículo no Ensino de História e a educação no MST: Silva e Zuleika (2014); Figueiredo e Pessoa; Lima (2013); Sacristán (2000); Silva (1999); Silva e Silva (2006); Bloch (2001); Costa (2010); Mançano (2000);

Ao tratar da fundamentação teórica, trago a referencia de que o currículo é a ferramenta que organiza a vida escolar e os conteúdos a serem ensinados e aprendidos, organizados em planos pedagógicos elaborados por professores, escolas, instituições de ensino, experiências compartilhadas e vivenciadas.

Historicamente as concepções sobre currículo mudam conforme as influências teóricas em cada período, pois refletem diferentes interesses, compromissos e posições políticas. Para Silva

[...] mais importante que definir "currículo" é saber quais questões uma "teoria" do currículo ou um discurso curricular procura responder. A questão central sintética de todas as teorias do currículo é saber qual conhecimento deve ser ensinado. No entanto, para responder a este questionamento, diferentes teorias podem recorrer a discussões sobre a natureza humana, sobre a natureza da aprendizagem ou sobre a natureza do conhecimento, da cultura e da sociedade. A pergunta "o quê?" nunca está separada de "o que os alunos devem se tornar?" (QUELHAS, apud, SILVA, grifo do autor)

Neste sentido

As teorias do currículo deduzem o tipo de conhecimento considerado importante justamente a partir de descrições sobre o tipo de pessoa que elas consideram ideal. Qual é o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade? Será a pessoa racional e ilustrada do ideal humanista de educação? Será a pessoa otimizada e competitiva dos atuais modelos neoliberais de educação? Será a pessoa ajustada aos ideais de cidadania do moderno estado-nação? Será a pessoa desconfiada e crítica dos arranjos sociais existentes preconizada nas teorias educacionais críticas? A cada um desses "modelos" de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo. (QUELHAS, apud, SILVA,)

No entanto, a prática a que se refere o currículo, de acordo com Sacristán:

É uma realidade prévia muito bem estabelecida através de comportamentos didáticos, políticos, administrativos, econômicos, etc...que encobrem muitos pressupostos, teorias parciais, esquemas de racionalidade, crenças, valores, etc., que condicionam a teorização sobre o currículo. É necessária certa prudência inicial frente a qualquer colocação ingênua de índole pedagógica que se apresente como capaz de reger a prática curricular ou, simplesmente, de racionalizá-la. (SACRISTÁN, 2000, p. 15)

Grundy assegura que:

O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas (GRUNDY apud SACRISTÁN, 2000, p.5).

Para Sacristán “os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo em um dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado”. (SACRISTÁN, 2000, p. 17)

Ainda segundo o autor “o currículo é o cruzamento de práticas diferentes e se converte em configurador, por sua vez, de tudo o que podemos denominar como prática pedagógica nas aulas e nas escolas”. (SACRISTÁN, 2000, p.18).

Segundo o autor

Os critérios para selecionar os componentes do currículo são: buscar os elementos básicos para iniciar os estudantes no conhecimento e acesso aos modos e formas de conhecimento e experiência humana, as aprendizagens necessárias para a participação numa sociedade democrática, as que sejam úteis para que o aluno defina, determine e controle sua vida, as que facilitem a escolha e a liberdade no trabalho e no lazer e as que proporcionem conceitos, habilidades técnicas e estratégias necessárias para aprender por si mesmo. (SACRISTÁN, 2000, p. 60).

Para Sacristán o currículo complica-se

À medida que o propomos para outros momentos posteriores da escolaridade, quando já se fazem mais evidentes as diferenças individuais entre os alunos, entre distintos grupos de alunos ou quando começam as manifestações das expectativas que os pais têm para seus filhos. Aqui, o debate estritamente curricular mistura-se com a atitude para as diferenças interindividuais ou entre grupos culturais, qualitativa e quantitativamente consideradas. (SACRISTÁN, 2000, p. 63).

A fundamentação teórica também se apoiou em Roseli Caldart¹, no Caderno de Educação nº 13 que trata da Escola, a partir dos documentos e estudos que dizem respeito ao processo de construção de uma concepção e uma prática de escola pública destinada a educar crianças, adolescentes e jovens das áreas de acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária pelo MST; no Caderno nº 8, Princípios de educação do MST, que traz os princípios políticos e filosóficos relacionados à educação do Movimento.

Para dar conta das questões propostas, o trabalho de pesquisa foi desenvolvido a partir da análise de fontes e documentos, tais como o Projeto Político Pedagógico e livro didático.

Além de entrevistas, da análise documental também foram desenvolvidas entrevistas.

O trabalho está estruturado em dois capítulos:

O primeiro capítulo trata de aspectos ligados a luta pela terra e ao MST, a construção de uma concepção de educação no Movimento desde seu surgimento até a atualidade, da escola Nova Sociedade e seu vínculo com a luta pela terra; organização escolar e curricular e gestão da escola.

No segundo capítulo o objetivo é trazer reflexões a respeito do dia a dia da Escola e do trabalho da disciplina de História. Para isso o trabalho concentrou-se na análise de alguns

¹ Pedagogia do Movimento Sem Terra; Dossiê MST ESCOLA – Documentos e estudos 1990-2001

documentos que a Escola utiliza para organizar sua vida escolar, entre eles: os livros didáticos utilizados pela educadora em seu trabalho de sala de aula; os projetos desenvolvidos pela escola e qual sua relação com a disciplina de História, além das entrevistas realizadas com alguns segmentos da escola. Também foram analisados os objetivos e os conteúdos do Ensino Médio da escola.

Procurei então articular o trabalho que a escola vem desenvolvendo na sua totalidade e na especificidade do componente curricular, relacionando os mesmo com a educação no movimento forjada na luta pela terra, apontando assim a ligação cotidiana do trabalho pedagógico da escola com os princípios e as matrizes pedagógicas da educação do MST.

1-LUTA PELA TERRA, PELA EDUCAÇÃO E PELA ESCOLA NO MST

Neste capítulo trarei brevemente alguns elementos da luta pela terra, o debate e a constituição de uma concepção de educação e a construção de escolas nos assentamentos. O Projeto Político Pedagógico das escolas conquistadas nos assentamentos foi organizado trazendo essa concepção de Educação do MST, conforme o que vou apresentar detalhadamente a partir do projeto Político Pedagógico da Escola Nova Sociedade.

1.1 A LUTA PELA TERRA E PELA EDUCAÇÃO DO MST

O surgimento oficial do MST é marcado pelo 1º Encontro Nacional, realizado em 1984 em Cascavel no Paraná. Eram camponeses de diversos estados do Brasil que decidiram fundar um movimento social camponês, autônomo, que lutasse pela terra, pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade.

Eram trabalhadores rurais sem terra, desprovidos de um dos direitos elementares da condição humana, que é de produzir alimentos para si e sua família. Trabalhadores que haviam sido expulsos de suas terras por um projeto autoritário, em nome da “modernização”, capitaneado pela ditadura militar que cerceava os direitos e liberdades da maioria da sociedade brasileira.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é fruto de uma articulação de lutas pela terra a partir de meados da década de 1970, inicialmente na região centro-sul e depois se espraiando pelo território nacional.

Segundo Roseli Caldart, em seu livro *Pedagogia do Movimento Sem Terra*:

A gênese e o nascimento do MST considera a combinação de três conjuntos de fatores complementares. O primeiro deles diz respeito às pressões objetivas da situação socioeconômica dos trabalhadores do campo e especificamente na região em que surgiu o MST. O segundo se refere a um conjunto de elementos socioculturais e políticos que participaram do processo de reação destes trabalhadores à sua situação objetiva. E o terceiro conjunto de fatores está relacionado a alguns fatos que desencadearam lutas localizadas, mas com repercussão capaz de fazer nascer a ideia de uma articulação nacional da luta pela terra. (CALDART, 2008, p. 68).

Junto com a luta pela terra no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, veio também à luta pela Educação, que começou a partir da necessidade concreta das famílias de garantir escolas de qualidade para seus filhos nas áreas de acampamento e assentamento.

Segundo o Dossiê MST ESCOLA – documentos e estudos - 1990-2001, a luta pela educação e pela escola é uma luta popular que antecede o MST. De acordo com o Dossiê, ela começa em 1979, com a ocupação das Fazendas Macali e Brilhante em Ronda Alta/RS², quando colonos ocupam a Encruzilhada Natalino e dão início a um novo capítulo da luta pela terra em nosso país. Junto com os pais vão as crianças, que são mais de 200 e junto também a preocupação: o que fazer com elas? Elas estão no dia a dia da vida do acampamento, nas reuniões, nas marchas, nas lutas, nas assembleias.

É então formado um grupo de mães para trabalhar e orientar essas crianças e o fazem através de brincadeiras orientativas, que proporcionam um diálogo sobre o que é o acampamento, porque elas e seus pais estão nesses espaços e começam nesse sentido envolvê-las nas atividades. Nesse período ainda não se pensava em escola, o principal objetivo era o cuidado com as crianças, para evitar que as mesmas se expusessem em demasiado a situações de perigo, ao mesmo tempo em que trabalhavam com elas os objetivos e as razões de estarem nesse espaço.

Com o passar do tempo percebeu-se que entre essas crianças havia muitas em idade escolar, por isso a necessidade de lutar por escolas. Depois de muitos debates e luta, a escola foi autorizada pela Secretaria de Educação do Estado, porém a mesma só foi legalizada em 1984, quando a área já havia se tornado um assentamento.

Na sequencia dessa luta veio então a ocupação da Fazenda Annoni em Sarandi/RS³. Ainda segundo o Dossiê – p. 13, nesse acampamento, o maior realizado pelo MST naquele período, havia mais de 1000 crianças. Toda a organização do acampamento se deu em forma de equipes de trabalho e dentre elas a Equipe de Educação, que não tinha apenas professores, mas pessoas diversas, interessadas em trabalhar com a educação. Aqui também a preocupação inicial ainda não era com escola, mas seu intuito era explicar para as crianças porque seus pais estavam naquelas condições, porque precisaram acampar, fazer marchas, lutas... além de cuidar e brincar. Neste momento em que ainda não tinha escola no acampamento, as crianças em idade escolar frequentavam a escola nos arredores dos acampamentos, ou em alguns casos os pais deixavam seus filhos com parentes, ou familiares. Com o passar do tempo e a falta de solução para a questão da terra, a Equipe começou a se preocupar com a Educação e com a necessidade da escola.

Naquele momento começaram as contradições internas, pois entre o grupo havia os

² Para saber mais ler: Fernandes, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil- Petrópolis RJ: Vozes, 2000.

³ Para saber mais a respeito da história da Fazenda Annoni ler; WAGNER Carlos; A Saga do João Sem Terra 1989, Editora Vozes.

que não concordavam com escola no acampamento, pois acreditavam que ela iria acomodar, amarrar as famílias no acampamento, dificultando sua participação na luta maior. Mas, para a Equipe de Educação, a justificativa de que as crianças em idade escolar precisavam frequentar a escola e que se isso não acontecesse muitos pais deixariam o acampamento foi muito forte e bem fundamentada, pois a Anonni poderia vir a ser um Assentamento e com essa perspectiva a escola não seria tão provisória. Superados esses entraves, foram dados os primeiros encaminhamentos práticos, através de um levantamento das crianças, idade, série e dos professores qualificados que poderiam trabalhar. Então em 1986 deu-se início a luta pela escola oficialmente.⁴

Muitas reuniões, muitas tentativas, promessas e mais promessas dos órgãos responsáveis e como nada se resolvia a equipe começou a dar aulas em barracos de lona, pois já havia se passado um ano sem respostas concretas, o que de certa forma pressionou o estado a aprovar e a liberar a construção da escola. Depois que o acampamento dividiu-se em áreas, uma escola apenas não conseguia dar conta da demanda dos alunos, por isso foi travada uma nova luta com o estado, para conseguir mais escolas. O resultado foi a conquista de sete escolas estaduais, que se dividiram em áreas estratégicas, seis delas continuaram funcionando na Fazenda Anonni, depois que virou assentamento, e uma delas transferiu-se em 1989 para o Assentamento Nova Ramada, em Júlio de Castilhos/RS.

Das equipes de educação que surgiram na Anonni iniciadas em 1986, surge em 1988 (Dossiê – p. 16) o Setor de Educação, resultado da organização dos pais e professores, que passa a assumir a questão da educação das crianças e jovens como prioridade para o MST. O início foi com professores de Sarandi, depois a experiência se estendeu para a região de Porto Alegre e com o passar do tempo outras regiões aderiram. No início de 1990, já participavam cinco regionais, dessas regiões saíam os representantes para compor o Setor Estadual de Educação.

Assim com a luta pela terra, a educação é uma das bandeiras embrionárias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Por isso que, ao ocupar um latifúndio improdutivo, uma das primeiras tarefas dos trabalhadores e trabalhadoras é pensar a educação e organizar a escola.

Na atualidade, vinte e sete anos depois de ter sido organizado o Setor de Educação do Movimento, hoje o mesmo se organiza, a nível nacional, por frentes. A frente da Educação Infantil, a frente da Educação Básica e a frente da Educação de Jovens e Adultos.

⁴ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **Dossiê MST escola documentos e estudos 1990-2001**. Rio Grande do Sul, 2005.

A estrutura orgânica do Setor de Educação, a nível nacional é composta por uma coordenação, que representa o Setor na Direção Nacional do Movimento, além disso, tem um coletivo reduzido compondo o Coletivo da Executiva Nacional, que é composta por duas pessoas por regiões, um homem e uma mulher, que tem como tarefas pensar as ações gerais do coletivo nacional, e os desdobramentos dos encaminhamentos nas regiões e por fim o Coletivo Nacional ampliado.

No Rio Grande do Sul, a organicidade do setor tem sido debatida através da metodologia do planejamento estratégico no MST, que se estrutura em eixos de trabalho os quais deveriam ser reestruturados nas regiões, com representações das escolas e da equipe técnica, porém não se conseguiu efetivar em todas as regiões, neste sentido as discussões relacionadas a educação ficaram vinculadas apenas as escolas.

Segundo Diana Daros, uma das representantes na coordenação do Setor de educação do Rio Grande do Sul;

O contato com as escolas do RS pelo Setor de educação está bastante limitado, o vínculo maior é com aquelas escolas que tem educadores militantes do movimento atuando nelas, que por um tempo ou outro já atuaram na coordenação do setor e nos coletivos da educação. Mesmo não tendo um acompanhamento e um trabalho mais direto e específico com todas as escolas, havia, até meses atrás, uma parceria com a equipe técnica que ajudavam nessa aproximação com as escolas (o programa da equipe técnica foi cancelado pelo governo federal), nem todas as escolas participavam, por isso o contato maior é com essas que têm militantes atuando dentro da escola.(entrevista concedida à autora, Veranópolis, novembro de 2017).

Os eixos norteadores das escolas hoje, a partir do VI Congresso Nacional⁵ giram em torno da questão da Reforma Agrária Popular, e da Campanha Nacional de Alimentação Saudável - Direito de todos. Daros salienta que:

Essa campanha é o que desdobrou e tem desdobrado não só ações em torno da alimentação saudável, mas inflexões no currículo da escola, com várias iniciativas nas mesmas, debatendo que currículo a gente precisa desencadear nas escolas, fortalecer e organizar para que a Reforma Agrária Popular se efetive a partir do aprendizado do domínio da técnica da agroecologia.
(entrevista concedida à autora, Veranópolis, novembro de 2017.).

O segundo eixo é ainda vinculado bastante ao cotidiano da escola, uma retomada sobre o projeto político das escolas. Segundo Daros;

Na região nordeste há um debate no sentido de organizar o Projeto Político

⁵ De 10 a 14 de fevereiro de 2014, mais de 16 mil Sem terra do MST, se reuniram no Ginásio Nilson Nelson, em Brasília, para participar do VI Congresso Nacional do MST, que apontou os desafios os do MST par ao próximo período.

Pedagógico nessa convicção de que concepção de escola e de educação o Movimento tem, e na região sul há um debate um pouco mais avançado em torno de reafirmar e garantir a construção política pedagógica com as escolas do campo. (entrevista concedida à autora, Veranópolis, novembro de 2017).

O terceiro é em relação ao debate da criança Sem Terra, com formação dos encontros estaduais dos *sem terrinha*, com as mobilizações demarcados no dia 12 de outubro e preparação para o Encontro Nacional. Para o Setor de Educação, segundo Diana, esse eixo é “um dos eixos central do setor, de debates e formação”. (entrevista concedida à autora, Veranópolis, novembro de 2017)

Outro eixo bastante fundamental para a educação do e no MST, é a campanha contra o analfabetismo, com o Método de alfabetização “*Sim, eu posso*”. Esse método foi elaborado em Cuba e o contato do MST com esse método se deu no início dessa década, e em 2006 o movimento fez as primeiras experiências.

Essa campanha está acontecendo no estado do Maranhão e é uma parceria entre o governo daquele estado com o MST. As turmas estão instaladas em alguns municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado e a intenção dessa campanha é de que políticas de educação, somadas a políticas de saúde e geração de trabalho possam resultar em mais qualidade de vida para a população local⁶.

No Sertão de Alagoas a campanha de alfabetização de jovens e adultos acontece nas cidades de Delmiro Gouveia, Olho D’Água do Casado e Piranhas. O ato de lançamento da campanha reuniu autoridades públicas, parceiros e amigos do MST na região do Sertão alagoano, além de reunir os educadores e educadoras de todo o país que vão atuar nas dezenas de turmas nas periferias, comunidades, povoados e áreas da Reforma Agrária nos municípios.

No território das três cidades onde a campanha acontecerá, cerca de 14 mil pessoas são analfabetas. Somente na cidade de Delmiro Gouveia, estima-se que 29,2% da população do município não saiba ler e escrever. Em Piranhas, o índice de analfabetismo chega a 37% da população, e em Olho D’Água do Casado, com a maior taxa de analfabetismo, 42,7% dos moradores são analfabetos.

Nos estados, as demandas aparecem conforme a realidade; tem se trabalhado com as experiências, como por exemplo, as Escolas Itinerantes no Paraná, o Ensino Médio Politécnico no RS, mesmo sofrendo com os ataques do governo.

No RS o setor está com um trabalho de sistematizar as experiências das escolas em torno da produção agroecológica e também desse desencadeamento da Jornada Cultural de

⁶ <http://www.mst.org.br/educacao>. Acessado em 31/10/2017, às 10:45.

Alimentação Saudável; apenas quatro escolas estão num processo mais sistemático, mas todas elas deveriam ter desenvolvido atividades em torno do tema.

A outra atividade, organizado pelo setor é o programa de formação dos educadores por região; na região metropolitana. Essas formações acontecem em parceria com as universidades das regiões, então na região metropolitana com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, na fronteira com a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e a Universidade Federal de Pelotas - UFPEL na região sul. Segundo Diana Daros, “essa é uma formação política, não tanto de conteúdo de sala de aula, todos os professores das escolas participam, é um encontro por mês e além da formação são discutidos questões do Movimento”. (entrevista concedida à autora, Veranópolis, novembro de 2017)

Está se construindo três eixos de trabalho e estudo num contexto mais geral das escolas. No contexto do Ensino Médio é o debate sobre as reformulações do Ensino Médio e como as escolas do campo se asseguram em torno de sua concepção, dos interesses da escola e do Movimento.

Outro processo que já está articulado e que vai fortalecer em especial nesse próximo ano é a organização do currículo em torno da agroecologia nas escolas; esse não é um desdobramento de organização só de conteúdos, mas de como a escola se articula em torno dessa ênfase, ou seja, da abordagem da agroecologia. Outra atividade é a Jornada da Juventude Sem Terra que é de responsabilidade das escolas fazerem juntamente com o coletivo de juventude. E por último, desde agosto, quando foi realizado o 1º Encontro de Adolescentes da Região Sul, o debate é de como a partir das escolas se fortalece a participação dos adolescentes no Movimento, porque, segundo Diana, “já se tem o espaço do sem terrinha e o espaço da juventude”. (entrevista concedida à autora, Veranópolis, novembro de 2017)

Analisando então a história da educação nos acampamentos e assentamentos do MST, podemos afirmar que a relação entre os Sem Terra e a escola é geradora e produto do trabalho do MST e foi justamente essa relação desde o processo de gestação do Movimento que exigiu que a educação fosse assumida como tarefa coletiva. Nesse sentido é que Caldart nos diz que: “a história da relação do sem-terra com a escola é parte da história do MST”. (CALDART, 2004, p.227)

Uma das preocupações do MST em relação à educação das crianças sempre foi com a qualidade do ensino, pois não bastavam ter escolas, era preciso que a educação e a escola fossem diferentes, por isso se deu início a uma discussão sobre que escola interessa aos Sem Terra. Essa discussão deveria considerar, segundo Caldart, que

As crianças Sem Terra tinham uma experiência de vida diferenciada de outras crianças e isto deveria ser considerado no jeito de trabalhar com elas; e a de que a luta, de alguma forma, pudesse entrar na escola, especialmente para que fosse lembrada e valorizada pelas novas gerações (CALDART, 2008, p. 244).

A origem dessas discussões pode ser encontrada a partir de dois motivos, um deles é a própria gênese deste trabalho, que diz respeito ao esforço das primeiras educadoras que começaram a desenvolver atividades diferenciadas de educação com as crianças e outra origem desse debate está vinculada com a reação de algumas famílias diante de fatos que repetidamente estavam acontecendo em diversos lugares, nas escolas municipais e ou estaduais onde as crianças estudavam, ou nas próprias escolas dos acampamentos e assentamentos que recebiam educadores de fora, que não eram do Movimento e que muitas vezes iam dar aula nessas escolas por imposição do próprio Estado. Em alguns desses casos, esses professores demonstravam atitudes preconceituosas em relação ao Sem Terra. Em alguns momentos, essas atitudes vinham à tona de forma muito agressiva, como destaca uma educadora que iniciou esse debate nos assentamentos de Santa Catarina. Em um dos casos, uma professora que foi de fora para trabalhar no assentamento dizia: *“olha, se o seu pai for para a ocupação, isso é crime; se o cara lá tem terra é porque ele trabalhou, ele é dono”*. (CALDART, 2008, p. 245)

Esse debate levou a uma discussão mais ampla do que apenas discutir sobre o direito de ter escola, mas era preciso discutir também sobre que escola, e qual era afinal seu papel em uma realidade como esta.

Em relação às Escolas do Campo, a questão do currículo tem sido um debate constante entre professores, pais, gestores, enfim, entre toda a comunidade escolar, pois a prática que se vivencia por vezes é de um currículo vertical e fragmentado, sem a mínima preocupação em aprofundar os saberes escolares e sem articulá-los com os saberes sociais produzidos pelos educandos.

Para Veiga

Os conhecimentos transmitidos são concepções abstratas, autônomas, independentes da realidade socioeconômica e política, tidos como universal. O ensino das diferentes disciplinas resume-se em dar o programa, em cumprir as determinações provenientes de órgãos tais como “secretarias da Educação, delegacias de ensino”, em detrimento da tarefa de habilitar o aluno a integrar ao contexto sociocultural do campo, desenvolvendo um olhar crítico acerca dessa realidade. (VEIGA, 1995 p. 79).

Saviani nos diz que:

O processo de construção do currículo deve estar para além da dinâmica de seleção e organização dos conteúdos, voltando-se principalmente para redefinição do papel da escola. Nesse processo, os conteúdos precisam ser pensados, não como verdades absolutas e neutras, mas como saberes históricos e culturais construídos socialmente a serem questionados e confrontados com as experiências dos alunos, possibilitando a produção de novos conhecimentos produzidos a partir do velho, negando-o e transformando-o num processo dialético de continuidade/ruptura. (SAVIANI, 2003, p. 73).

Para se pensar um currículo para as escolas do campo é necessário que se leve em consideração as especificidades dos sujeitos que vivem nesse espaço e para além das especificidades é compreendê-los em sua pluralidade, ou seja,

O campo tem diferentes sujeitos. São pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boia-fria, e outros grupos mais. Entre estes há os que estão ligados a alguma forma de organização popular, outros não; há ainda as diferenças de gênero, de etnia, de religião, de geração; são diferentes jeitos de produzir e de viver; diferentes modos de olhar o mundo, de conhecer a realidade e de resolver os problemas; diferentes jeitos de fazer a própria resistência no campo; diferentes lutas (CALDART, 2008, p.21).

Miguel Arroyo defende que os profissionais da educação

Precisam compreender os alunos como sujeitos de história, de lutas, como sujeitos de intervenção, como alguém que constrói que está participando de um projeto social, por isso que a escola tem que levar em conta a história de cada educando e das lutas do campo. (ARROYO, 2004, p. 74)

A conquista da escola foi percorrendo outros assentamentos e o Movimento foi criando uma discussão de um acesso mais alargado da educação, por isso buscou alternativas, como a ampliação do Ensino Fundamental para as séries finais, o Ensino Médio, Técnico, Educação de Jovens e Adultos e os cursos Superiores. Por isso, educação de qualidade para todos e todas é um dos princípios do MST.

A educação do MST se baseia em princípios filosóficos e pedagógicos que tem como objetivo nortear todas as discussões e as práticas educativas no processo de educação dos Sem Terra. Por princípio, entende-se aqui, segundo o DOSSIÊ MST ESCOLA, que são as propostas ou afirmações que estão na base ou que dirigem uma ação. Neste sentido, entende-se por princípios algumas ideias, formulações e ou convicções, que são balizas para o trabalho de Educação do MST. Desta forma, o MST formula seus princípios filosóficos e pedagógicos.

No DOSSIÊ MST ESCOLA,

Entre os princípios filosóficos podemos destacar; 1º- A educação para a transformação social, que compreende: a Educação de classe; a Educação massiva; a educação vinculada ao movimento social; educação aberta para o mundo; educação para a ação e a educação aberta para o povo. O 2º diz respeito à educação para o trabalho e a cooperação. O 3º está ligado a Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana. O 4º é a educação com/para valores humanistas e socialistas e o 5º princípio filosófico diz respeito à Educação como um processo permanente de formação e transformação humana. Esses princípios dizem respeito à visão de mundo, as concepções mais gerais em relação à pessoa humana, à sociedade, e ao que se entende como educação, além de remeter aos objetivos mais estratégicos do trabalho educativo do MST. (DOSSIÊ MST ESCOLA, 2005, p 161).

Os princípios pedagógicos que orientam a educação do MST, segundo o DOSSIÊ MST ESCOLA, se referem

Ao jeito de fazer e de pensar a educação, para concretizar os próprios princípios filosóficos. Dizem dos elementos que são essenciais e gerais na nossa proposta de educação, incluindo especialmente a reflexão metodológica dos processos educativos, chamando a atenção de que podem haver práticas diferenciadas a partir dos mesmos princípios pedagógicos e filosóficos. (DOSSIÊ MST ESCOLA, 2005, p. 160)

Os princípios pedagógicos citados no DOSSIÊ MST ESCOLA:

1º relação entre prática e teoria; 2º combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3º a realidade como base da produção do conhecimento; 4º conteúdos formativos socialmente úteis; 5º educação para o trabalho e pelo trabalho; 6º vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7º vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; 8º vínculo orgânico entre educação e cultura; 9º gestão democrática; 10º auto-organização dos educandos e educandas; 11º criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores e educadoras; 12º atitude e habilidade de pesquisa e 13º combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais. (DOSSIÊ MST ESCOLA, 2005, p. 165).

A História da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nova Sociedade é forjada no vínculo vindouro do avanço das conquistas que o MST a partir da década de 1990 obteve no estado. Esta escola irá cumprir ao longo de sua trajetória um papel fundamental na relação da escola com o assentamento, e da escola do assentamento e sua proposta pedagógica diferenciada de formação com as comunidades em torno desta escola, que se vincularão a esse espaço educativo.

1.2 A ESCOLA NOVA SOCIEDADE E SEU VÍNCULO COM A LUTA PELA TERRA.

Trarei a partir de agora, elementos sobre a criação da Escola Nova Sociedade e seu vínculo com a luta pela terra; o processo de legalização da escola e sua ampliação; seus documentos internos, Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno, suas concepções filosóficas, princípios pedagógicos e seus objetivos; aspectos sobre a gestão escolar e currículo.

A ocupação da fazenda Itapuí, onde hoje é o Assentamento, aconteceu ao amanhecer do dia 13 de outubro de 1987, quando chegaram as primeiras 15 famílias vindas do grande acampamento da Fazenda Annoni. Este grupo resistiu até maio de 1988, quando chegaram às outras famílias provindas de uma área da UFPEL (Universidade Federal de Pelotas), totalizando 68 famílias. Pouco depois, em 22 de julho de 1988, esse grupo de acampados/as finalmente conquistou o sonho de ter seu pedaço de terra. Logo depois, as famílias reuniram-se em assembleia para decidirem juntas a viabilização do assentamento, ou seja, organizar a produção e os recursos recebidos, bem como a necessidade de pensar como seria o processo de educação das crianças, no âmbito escolar.

A Escola Estadual de Ensino Médio Nova Sociedade é uma escola do campo, localizada no Assentamento Itapuí, na região metropolitana de Porto Alegre. Atende do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Politécnico, Educação de Jovens e Adultos e Educação Infantil, atendendo a Pré Escola em parceria com o município de Nova Santa Rita. No turno da manhã estudam 139 educandos e educandas, no turno da tarde são 124 educandos/as e 101 educandos/as no turno da noite, totalizando 364 educandos/as, num total de 14 Turmas. Desde sua fundação (1990) até hoje (2017), formaram-se na escola aproximadamente 620 educandos e educandas, distribuídos entre Ensino Fundamental, em torno de 400 educandos/as, Ensino Médio 160 educandos/as e na Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio, aproximadamente 60 educandos e educandas.

Segundo o documento interno da escola, elaborado para o Desfile Cívico de 07 de setembro de 2016, a escola é vinculada à luta popular, incorpora no seu Projeto Político Pedagógico a pedagogia do Movimento Sem Terra, os Princípios e Diretrizes da Educação Pública Estadual e os anseios da comunidade, com o objetivo de preparar os/as educandos/as com base teórica e valores humanistas.⁷

A escola funciona nos turnos da manhã, tarde e noite e conta no quadro de docentes e

⁷ Os dados acerca da criação e do funcionamento atual da escola foram extraídos destes documentos; Histórico da Escola, produzido para Desfile Cívico, 07 de setembro de 2016.

funcionários/as com 17 educadores de sala de aula, 02 funcionários responsáveis pela limpeza, 02 para a alimentação, 03 monitores, 01 bibliotecária, 01 secretária e 04 pessoas entre Direção e vice-diretores. Esse número de trabalhadores segue o critério do número de educandos/as.

Para conseguir viabilizar a escola dentro do Assentamento, as famílias tiveram que se organizar e lutar por isso. De acordo com o relato presente nos documentos internos da escola, as autoridades se apegavam em alguns fatos para inviabilizar a escola, como a existência de uma escola rural – Dias Martins, distante 4Km do assentamento. Essa escola, além de ter apenas uma sala de aula (multiseriada), não possuía as condições mínimas de funcionamento para propiciar aos/às assentados/as uma educação transformadora e a construção de uma vida mais digna para seus/suas filhos/as, por isso a necessidade de se ter na comunidade uma escola que suprisse a demanda escolar dos filhos e filhas das famílias assentadas.

Finalmente em 1990, após muita luta, os colonos do Movimento conseguiram a escola dentro do assentamento, uma escola de ensino Fundamental incluindo a Educação de Jovens e Adultos. O nome da escola foi discutido e escolhido em assembleia, representando a realização de um sonho que vinha sendo semeado desde o acampamento na fazenda Annoni.

Em 1996, foi desafiada pelo Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST a ser a Escola Base das Escolas Itinerantes⁸ dos Acampamentos do MST do Estado do Rio Grande do Sul.

Em março de 2005, passa a ser denominada Escola Estadual de Ensino Médio Nova Sociedade, colocando em funcionamento a primeira turma de Ensino Médio.

1.3 ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

A proposta pedagógica da escola, descrita em seu PPP, salienta que a mesma vem sendo construída a partir dos princípios filosóficos e pedagógicos do MST, tendo como finalidade principal a formação humana, a cooperação, a solidariedade e organização/participação, vinculada a luta popular, assim como se constitui em um centro cultural que busca resgatar e fortalecer a identidade do trabalhador (a) do campo, através de um projeto de construção coletiva, trabalhar e vivenciar valores como a beleza, paz, lutas,

⁸ Escola Itinerante – denominação dada às escolas localizadas em Acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Dicionário de Educação do Campo/organizado por Roseli Salete Caldart. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (pág. 331)

respeito aos direitos, respeito à natureza, agroecologia, cooperação, identidade camponesa, entre outros.

Segundo documentos internos como o próprio histórico, a escola busca incentivar em seus educandos e educandas a luta por seus direitos e problematizar os debates em torno de questões do dia a dia que acreditam que precisam ser superados, como o Projeto Escola Sem Partido, combate a violência, autoritarismo, agrotóxicos, preconceitos, entre outros.

Atualmente a escola Nova Sociedade trabalha com alguns projetos que tem como objetivo incentivar nos educandos a criatividade e alargar o leque de conhecimentos. Segundo a Diretora Elizabete *“Os projetos são desenvolvidos com todas as turmas do Ensino Fundamental e Médio e são organizados e planejados dentro do currículo da escola, ou seja, todos participam porque faz parte dos conteúdos de todas as áreas do conhecimento”*. (entrevista concedida à autora, Veranópolis, setembro de 2017).

Alguns desses projetos estão descritos abaixo:

Motivação e Cooperação – conscientização e democracia, que tem por objetivo despertar no ser humano a consciência de suas possibilidades, riquezas e empecilhos levando a aceitação de si e dos outros Ciclos de formação humana, fortalecendo o conhecimento de todos, onde o índice de reprovação é quase nulo, pois se acredita em processo e não em exclusão;

Outro importante objetivo é oferecer aos trabalhadores do município a possibilidade de completar o ensino médio em menos tempo do que o normal, através da Educação de Jovens e Adultos;

Curtas na escola;

A Organização Democrática através dos Núcleos de base - visa à auto-organização e o exercício de cada um (a) como sujeito do seu processo de formação;

Projeto Yoga na escola – promovendo a saúde e o bem estar;

Brigada do meio ambiente e horta escolar; brigada do esporte...

Parceria com o MST – Cooperativa de Assistência Técnica e Prefeitura buscando mais conhecimento a conscientização da importância de defendermos e praticarmos a agroecologia.

Participação popular nas lutas dos movimentos sociais e pelos direitos dos trabalhadores;

Alimentação saudável - essencial para a existência humana, o que atualmente com o acirramento do capitalismo que retira direitos dos trabalhadores torna-se impossível viver de forma saudável. A escola através da conscientização reforça a saúde nos seus educandos/as buscando trazer alternativas para melhor qualidade de vida da comunidade. A natureza produz alimento, a natureza cria. Acreditamos na busca pelo equilíbrio, seja na alimentação, na saúde, e ou nos relacionamentos;

Projeto leitura e gostosura – Culinária e leitura são uma boa mistura;

Alfabetização e Letramento - Psicomotricidade nas séries iniciais; (Regimento Escolar do Ensino Médio, 2014 p. 06).

Segundo o Regimento Escolar da Escola Nova Sociedade, a mesma tem por base;

Uma educação democrática e humanista, partindo da realidade onde está inserida, numa proposta pedagógica que favoreça a construção de aprendizagens significativas, para que o educando adquira espírito crítico e participativo, o que torna um cidadão consciente, capaz de interagir e intervir na sociedade e no mundo do trabalho. Nesta concepção aqui assumida destacam-se como matrizes formadoras fundamentais o trabalho, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história. (Regimento Escolar do Ensino Médio, 2014 p. 06).

Por ser uma escola do campo, a mesma incorpora em seu Projeto Político Pedagógico a Pedagogia do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), pois;

Olhar para a formação do sem-terra é olhar para o MST também como um *sujeito pedagógico*, ou seja, como uma coletividade em movimento que é educativa, e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem. (CALDART, 2004. p.199. grifo do autor).

Também levam em conta, segundo o Regimento Interno da Escola, os Princípios e Diretrizes da Educação Pública Estadual e os anseios da comunidade, com o intuito de preparar os educandos e educandas no âmbito teórico e de formação humana, vivenciando diariamente os valores humanistas.

A proposta pedagógica da escola é alicerçada nos princípios filosóficos;

Educação para transformação social; educação para o trabalho e a cooperação; educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; educação com e para valores humanistas e socialistas e educação para um processo permanente de formação e transformação humana. (Caderno de Educação nº 8, 1999, p. 8).

E nos princípios pedagógicos do MST;

Relação entre teoria e prática; combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; a realidade como base da produção do conhecimento; conteúdos formativos socialmente úteis; educação para o trabalho e pelo trabalho; vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos; vínculo orgânico entre educação e cultura; gestão democrática; auto-organização dos estudantes e das educadoras; criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores e das educadoras; atitude e habilidades de pesquisa e combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais. (Caderno de Educação nº 8, 1999, p. 11)

Ambos têm como finalidade principal a formação integral do ser humano, a cooperação, a solidariedade, a organização e participação na luta popular.

1.4 ENSINO MÉDIO NA ESCOLA NOVA SOCIEDADE

De acordo com os documentos oficiais da Escola Nova Sociedade, o Ensino Médio se fundamenta em uma concepção onde o conhecimento é compreendido como processo humano, onde de forma provisória e histórica, busca a compreensão, a organização e a transformação do mundo onde vivem. A produção do conhecimento é originária das práticas sociais e nos processos de transformação da natureza pelo homem e o currículo procura aglomerar o conjunto das relações desafiadoras e das capacidades de todos os envolvidos que se propõem a resgatar o sentido da escola como espaço de desenvolvimento e de aprendizagem.

Nesse sentido os conteúdos são organizados a partir da realidade dos educandos, das suas necessidades e da sua compreensão de entendimento do mundo.

A proposta curricular do Ensino Médio se constitui por quatro bases fundamentais:

Base epistemológica;

Refere-se ao estudo do conhecimento, de como ele é adquirido e de sua elaboração e produção, que se dá pela relação entre sujeito e objeto em circunstâncias históricas determinadas. Assim, a Fonte Epistemológica evidencia o conhecimento como construção de respostas e leituras de mundo diante dos fenômenos de existência que estão em permanente construção e se manifestam de diferentes modos. Nesse sentido, os conhecimentos existentes quando tratados de modo isolado, sejam eles originários quer da cultura local, quer de cada uma das áreas do conhecimento ou componentes curriculares, mesmo sendo valorosos, são sempre insuficientes e incompletos para explicar os fenômenos da existência humana. Contudo, esta noção de incompletude e de falibilidade (em virtude de não ser definitivo e absoluto) do conhecimento historicamente elaborado não pode ser concebida na escola como um conjunto de conhecimentos dispersos e desconexos. Além disso, a Fonte Epistemológica alerta também para o fato de que o conhecimento atual se sustenta no aperfeiçoamento, no aprofundamento, na releitura, na expansão e até mesmo na negação e substituição de conhecimentos já consagrados historicamente. (Regimento Interno do Ensino Médio – item 6. Organização Pedagógica. 6.1 Concepção de Conhecimento e Currículo. p. 10)

Bases filosóficas;

Nessa fonte evidenciam-se as concepções a partir das quais os sujeitos relacionam-se com a realidade social, perspectiva essa que faz do conhecimento e do saber formas de relação com o mundo em que se expressam visões, desejos, posturas, comportamentos, valores, convicções, perspectivas e consciência diante de tudo que compõe o mundo: sociedade, escola, conhecimento, ser humano, presente, futuro, relações, cidadania, democracia, etc. Assim, com a Fonte Filosófica a escola em sua função social é compreendida como lugar de mediação e produção de visões e atitudes, individuais e coletivas, perante o mundo. É nessa Fonte que se define também a necessidade da escola com qualidade social cidadã possibilitar problematizações e leituras críticas que levem a transformação dos aspectos que ferem os direitos humanos e a emancipação dos seres humanos. Regimento Interno do Ensino Médio – item 6. Organização Pedagógica. 6.1 Concepção de Conhecimento e Currículo. p. 10)

Base sócio antropológicas;

Nessa Fonte defende-se a convicção de que o nascimento dos seres humanos não é somente biológico, mas social e cultural o que faz do conhecimento uma produção cultural dos sujeitos. Assim, o currículo escolar necessita considerar os significados socioculturais de cada prática, no conjunto das condições de existência em que ocorrem; esta dimensão fornece os sistemas simbólicos que articulam as relações entre o sujeito que aprende e os objetos de aprendizagem, entre realidade local e global. Assim, o ser humano é resultante das circunstâncias ao mesmo tempo em que as transforma. A transformação social e cultural é fruto da coincidência entre transformação das consciências e das circunstâncias. Em decorrência, não há aprendizagem sem protagonismo do educando, que constrói significados e representações pela ação cultural, instigado pelo exercício da curiosidade. Evidentemente, o protagonismo não é exclusivamente do educando, mas também do educador que busca ir além da realidade imediatamente percebida e lança-se como investigador, conhecendo o que o educando já sabe, buscando compreender o contexto e a situação cultural em que o educando está inserido, planejando assim o trabalho pedagógico de modo a que ele próprio seja sujeito e não objeto da história. (Regimento Interno do Ensino Médio – item 6. Organização Pedagógica. 6.1 Concepção de Conhecimento e Currículo. Pg 10)

E base sócio – psicopedagógico;

Nessa Fonte considera-se a relação entre desenvolvimento e aprendizagem; promove-se o desenvolvimento intelectual-cognitivo-biológico na relação com o mundo; compreende-se a escola como espaço de trabalho cooperativo e coletivo que organiza o currículo escolar para atender as características próprias dos educandos em seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores, e o trabalho pedagógico é flexível para assegurar o sucesso do aluno. Portanto, a Fonte sócio-psicopedagógica contribui para o entendimento de que o desenvolvimento humano, que é sociocultural e biológico-cognitivo, apresenta nos sujeitos fases com características e tempos diferenciadas, que, por conseguinte variam de sujeito a sujeito e nas diferentes sociedades. (Regimento Escolar de Ensino Médio- item 6.Organização Pedagógica, 6.1 Concepção de Conhecimento e Currículo. p. 10).

Ainda segundo o Regimento Escolar da Escola Nova Sociedade,

A democratização da gestão, como direito de todos à educação, representa a garantia do acesso à escola, do acesso ao conhecimento com qualidade social; do acesso e permanência com aprendizagem; do acesso ao patrimônio cultural e, especificamente do acesso à cidadania. (Regimento Interno, 2014. item 1 da Filosofia. p.06).

A escola apresenta em sua concepção pedagógica

A centralidade das práticas sociais tendo como origem e foco o processo de conhecimento da realidade, no diálogo como mediação de saberes e de conflitos, transformando a realidade pela ação crítica dos próprios sujeitos. Nestas práticas sociais, os seres humanos produzem conhecimento, desenvolvem e consolidam sua concepção de mundo, conformam as consciências, viabilizam a convivência. (Regimento Interno, 2014. item 1 da Filosofia. p.06).

Tendo como ferramenta de articulação da prática social

O trabalho como princípio educativo, promove o compromisso de construir projetos de vida, individuais e coletivos, de sujeitos que se apropriam da construção do

conhecimento e desencadeiam as necessárias transformações da natureza e da sociedade, contribuindo para o resgate do processo de humanização baseado na ética, na justiça social e na fraternidade.

(Regimento Interno, 2014. item 1 da Filosofia. p.06)

A escola Estadual de Ensino Médio Nova Sociedade tem por base

Uma educação democrática e humanista, partindo da realidade onde está inserida, numa proposta pedagógica que favoreça a construção de aprendizagens significativas, para que o educando adquira espírito crítico e participativo, o que torna um cidadão consciente, capaz de interagir e intervir na sociedade e no mundo do trabalho. Nesta concepção aqui assumida destacam-se como matrizes formadoras fundamentais o trabalho, a luta social, a organização coletiva, a cultura e a história. (Regimento Interno, 2014. item 1 da Filosofia. p.06)

A Escola Nova Sociedade apresenta em seu Regimento Interno para o Ensino Médio os seguintes objetivos:

Desenvolver o senso crítico no educando, possibilitando-lhe a análise da realidade e tornando-o capaz de agir e interagir no meio em que vive, como cidadão responsável, para uma sociedade justa, humana e democrática;

Proporcionar a formação para vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e organização social, política, econômica e cultural;

Proporcionar aos alunos que apresenta deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação, apoio especializado no processo de construção do conhecimento. (Regimento Interno, ANO 2014. item 3 dos Objetivos, p.06)

O perfil de educando projetado pela Escola Nova Sociedade para todos os educandos e educandas;

Autônomo, solidário, pesquisador e capaz de investigar os problemas que se colocam no cotidiano escolar. Deve fazer planejamentos adequados e significativos, evidenciar conhecimento necessário para a consecução de projetos articulando as diferentes áreas do conhecimento e os conhecimentos sociais. Relacionar-se bem com todos, demonstrando respeito, ética, responsabilidade, bom senso, iniciativa e criatividade. (Regimento Interno, 2014. item 4do Perfil dos Educandos. p.07)

Ao tratar sobre o currículo das escolas do campo, o texto preparatório para a Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação do Campo”⁹, traz a seguinte definição:

Uma Escola do Campo precisa de um currículo que contemple necessariamente a relação com o trabalho na terra. Trata-se de desenvolver o amor a terra e ao processo de cultivá-la, como parte da identidade do campo, independente das opções de formação profissional, que podem ter ou não, como ênfase, o trabalho agrícola (Conferencia Nacional por uma Educação no Campo, p. 57).

⁹ Conferencia Nacional: Por uma Educação Básica do Campo. Brasília, julho de 1998.

Na relação da educação com a identidade dos povos que vivem no campo, o mesmo documento reforça a importância do currículo.

Nossos currículos precisam trabalhar melhor o vínculo entre educação e cultura, no sentido de fazer da escola um espaço de desenvolvimento cultural, não somente dos estudantes, mas das comunidades. Valorizar a cultura dos grupos sociais que vivem no campo; conhecer outras expressões culturais; produzir uma nova cultura, vinculada aos desafios do tempo histórico em que vivem educadores e educandos e às opções sociais em que estão envolvidos. (Conferencia Nacional por uma Educação no Campo, p. 57)

O Ensino Médio da Escola nova Sociedade tem em seu processo pedagógico como fundamento a concepção de conhecimento que compreende o processo humano como histórico e como permanente busca de compreensão, de organização e de transformação do mundo onde os educandos estão inseridos, ou seja, para a Escola a produção do conhecimento dos seus educandos está diretamente ligada às suas práticas sociais e principalmente nos processos de transformação da natureza pelo homem.

Nesse sentido

O currículo é o conjunto das relações desafiadoras das capacidades de todos, que se propõe a resgatar o sentido da escola como espaço de desenvolvimento e aprendizagem. Os conteúdos são organizados a partir da realidade, da necessidade de sua compreensão e do entendimento do mundo. A proposta curricular se constitui pelas bases epistemológica, filosófica, sócio antropológica e sócio-psicopedagógica: (Regimento Interno do Ensino Médio- 2014. item 6 Organização Pedagógica-6.1 Concepção de conhecimento e de Currículo p.10)

Por fim, a base Sócio Psicopedagógico considera a relação entre desenvolvimento e aprendizagem, promovendo o desenvolvimento intelectual-cognitivo-biológico na relação com o mundo. Neste caso, “compreende-se a escola como espaço de trabalho cooperativo e coletivo que organiza o currículo escolar para atender as características próprias dos educandos em seus aspectos cognitivos, afetivos e psicomotores”. (Regimento Interno do Ensino Médio- 2014. item 6 Organização Pedagógica-6.1 Concepção de conhecimento e de Currículo p.10).

1.5 GESTÃO ESCOLAR

A gestão da escola é feita por diversos segmentos da comunidade escolar, entre eles o

Conselho Escolar, que entre outras coisas tem a tarefa de consultoria, deliberação, execução e de fiscalização das questões pedagógicas, administrativas e financeiras da escola. Esse Conselho é composto por alunos, pais e ou responsáveis, professores e funcionários da escola e tendo como membro nato o representante da Direção da Escola.

A equipe Diretiva da Escola é composta por Diretor (a), Vice-diretor (a) que são eleitos pela comunidade escolar, além do coordenador (a) pedagógico (a). A tarefa principal desse colegiado é com a direção e a coordenação do trabalho político-administrativo e pedagógico da escola e tem como função articular, elaborar, propor, problematizar, mediar, operacionalizar e acompanhar a execução do Projeto político Administrativo Pedagógico da escola, tendo como base as deliberações e os encaminhamentos do Conselho Escolar.

De acordo com a Diretora da Escola, a

Escola Nova Sociedade sempre foi muito preservada, até porque a história da escola Nova Sociedade tem um vínculo muito forte com a comunidade, a comunidade Itapuí, que é o assentamento, por mais que não aparenta, eles estão sempre cuidado da escola, zelando, o próprio CPM, o Conselho Escolar, não é o professor que é presidente do conselho, ou presidente do CPM, é alguém da comunidade que está sempre inserido dentro da escola, para poder garantir um pouco esse debate também, da identidade Sem Terra, a simbologia do movimento. A comunidade está bem fragilizada hoje em termos de organização, mas eles olham pra escola ainda com muita esperança e eles apontam que a maior coisa do assentamento, a maior conquista deles e o símbolo do assentamento Itapuí é a escola Nova Sociedade, o próprio nome Nova Sociedade foi a comunidade que colocou, os pais, que não são nem mais pais, mas que tiveram seus filhos no fundamental, no médio, eles fazem questão de contar essa história e resgatar e fincar essa identidade. (entrevista concedida à autora, Veranópolis, setembro de 2017).

Cicero destaca, em relação à comunidade, que o diferencial está na tradição

Consideram a escola como sua e, se alguém atacar a escola e acontecer algum confronto com o governo, o que é muito comum, dependendo quem está no governo, eles estão dispostos a ajudar, ou então em grandes eventos, como sete de setembro, festa de aniversário da escola, se consegue muita gente para ajudar. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017).

Tanto para a diretora, quanto o diretor, o assentamento tem uma identificação muito grande com a escola, pois ela é central na relação das pessoas e dessas com o movimento.

A comunidade escolar organizada em seus diversos segmentos responsáveis pela organização da vida escolar elaboraram, dentro do processo pedagógico, com a participação e a deliberação do Conselho Escolar, os Princípios de Convivência. Esses Princípios tendem a possibilitar um “processo coletivo de discussão, desde o espaço da sala de aula ao todo da escola, um exercício permanente de democracia participativa considerando valores éticos, o diálogo, a justiça, a igualdade, a fraternidade e a cidadania” (Regimento Interno do Ensino

Médio – 2014. item 6 Organização Pedagógica -6.2 Princípios de Convivência. P.11).

Na convivência e na inter-relação dos educandos no espaço escolar devem ser garantidos os seguintes Princípios;

Uma educação inspirada nos princípios da liberdade, da igualdade, do respeito às diferenças e na solidariedade humana a qual garanta seu sucesso escolar e promova a cidadania;

Liberdade de opinião e expressão, considerando a pluralidade de ideais e concepções, os valores éticos e o diálogo;

Manifestar suas dificuldades no processo de aprendizagem, recebendo atendimento adequado para sua superação”;

Contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

Receber, periodicamente, comunicações e resultados de sua vida escolar;

Ter acesso ao Regimento Escolar e ter informações quanto a seus questionamentos sobre este assunto;

Participar da agremiação de estudantes. (Regimento Interno do Ensino Médio 2014–item 6 Organização Pedagógica -6.2 Princípios de Convivência. P.11)

Ao educando/a também cabe na convivência e na inter-relação:

Respeitar todos os segmentos da comunidade escolar, reconhecendo as singularidades, as diferenças e os direitos de cada um;

Buscar sempre a solução pacífica e dialogada dos conflitos;

Compreender o ambiente escolar como espaço coletivo e patrimônio público, o qual deve ser conservado;

Responsabilizar-se por seus atos;

Comprometer-se com seu processo de aprendizagem, sendo frequente e realizando as atividades propostas pelo coletivo de professores de sua turma. (Regimento Interno do Ensino Médio – 2014. item 6 Organização Pedagógica -6.2 Princípios de Convivência. P.11)

Outro órgão que compõe a gestão escolar da Escola Nova Sociedade é a Agremiação dos educandos/as, que agrega e representa os mesmos. É uma organização que possui estatuto próprio e que tem por finalidade organizar as questões culturais, esportivas e sociais, promovendo a integração e a articulação dos alunos entre si e com os demais segmentos da comunidade escolar. Segundo a diretora da escola;

Os educandos e educandas da Escola se auto - organizam de forma democrática em Núcleos de Base, ou seja, cada turma é um Núcleo de Base e tem um coordenador e uma coordenadora da respectiva turma. Esses núcleos são responsáveis por algumas tarefas na escola como; os torneios de saraus literários, teatro, festival de curtas metragens e jogos diversos, além de organizarem passeios, aniversários e festas de

final de trimestre. (entrevista concedida à autora, Veranópolis, setembro de 2017)

1.6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Em seu Plano de Estudos a escola procura sintetizar a construção coletiva do currículo, envolvendo professores, equipe diretiva, demais segmentos da comunidade escolar e deve estar em consonância com o Projeto Político Administrativo e Pedagógico da escola. O mesmo deve ser aprovado pelo Conselho Escolar e pela Coordenadora Regional de Educação, representando a Secretaria Estadual de Educação.

O Plano de Estudos é:

Concebido como um conjunto orgânico articulado deve assegurar a possibilidade de organização da formação geral - áreas do conhecimento e da parte diversificada. Deve ser organizado de forma integrada, como unidades de estudo, módulos, conceitos, projetos contextualizados e interdisciplinares ou desenvolvimento transversal de temas, ou outras formas de organização, conforme o disposto na organização curricular. Considerando também atividades específicas para alunos com necessidades educacionais especiais. Após o diagnóstico de que o aluno apresenta dificuldades na construção do conhecimento, o coletivo de professores elabora o Plano Pedagógico Didático de Apoio para que sejam realizadas ações pedagógicas para a superação almejada, a qualquer tempo e, necessariamente, ao final de cada período letivo. (Regimento Escolar Ensino Médio – Plano de Estudos p. 6)

De acordo com o documento (Regimento Escolar - 2014), na escola Nova Sociedade a concepção de escola e de ensino leva em conta a prática social e a teoria e ambas devem contribuir para uma ação transformadora da realidade. Para isso a metodologia considera a interdisciplinaridade como diálogo das disciplinas e áreas do saber, sem a supremacia de uma sobre a outra, trabalhando o objeto do conhecimento como totalidade. A pesquisa pedagogicamente estruturada que possibilita a construção de novos conhecimentos e a formação de sujeitos pesquisadores, críticos e reflexivos no cotidiano da escola, oportunizando a apropriação adequada da realidade, projetando possibilidades de intervenção potencializada pela investigação e pela responsabilidade ética. Tem também como princípio educativo, o trabalho, que integrado com a microeletrônica modifica tanto o trabalho quanto a vida social, pois passam a ser regidos pela dinamicidade e pela instabilidade a partir da produção em ciência e tecnologia. Neste caso a

Função precípua da escola é ensinar a compreender e a transformar a realidade a partir do domínio da teoria e do método científico. Por isso o trabalho intelectualizado e a participação na vida social, atravessada pelas novas tecnologias, demandam formação escolar sólida, ampliada e de qualidade social, para os quais a

escola é o único espaço possível de relação intencional com o conhecimento sistematizado. (Regimento Interno- 2014- 6.8 Estrutura Curricular -6.8.1 Metodologia de Ensino – Trabalho como Princípio Educativo. p. 14).

A partir de projetos de pesquisa que explicitem uma necessidade, dificuldade ou problema do contexto em que o aluno está inserido, desenvolve-se a elaboração dos Projetos Vivenciais, que possibilitam a construção de conceitos que viabilizam a resolução dos problemas, através do diálogo entre o conhecimento social e o formal, embasados no processo de construção do conhecimento.

A articulação dos dois blocos do currículo se desenvolve por meio dos projetos vivenciais construídos nos seminários integrados, pela transversalidade das temáticas, oportunizando a construção da aprendizagem. Os Projetos Vivenciais, organizados nos Seminários Integrados são de responsabilidade do coletivo dos professores que atuam formação geral e na parte diversificada. O Seminário Integrado contará com um professor responsável, e previsão de que os demais desempenhem esta função, pois a mesma oportuniza a apropriação da construção coletiva da organização curricular interdisciplinar. As atividades dos projetos vivenciais realizadas fora do espaço escolar, ou do turno que o aluno frequenta, são acompanhadas por professor. (Regimento Interno, 2014. 6.8.2 Articulação Curricular. p.15)

A concepção de educação assumida pela Escola Estadual de Ensino Médio Nova sociedade está baseada em matrizes formadoras consideradas fundamentais, que são; o Trabalho, a Luta Social, a Organização Coletiva, a Cultura e a História. Nesta concepção Educar é, em síntese, pôr em ação organizada, numa determinada direção e considerado o período histórico, as matrizes formadoras ou constituidoras do ser humano, confrontando as contradições que as constituem na realidade concreta”. Acredita-se que isso “não é algo que possa se realizar apenas na escola, mas que a escola possa assumir como intencionalidade. (Plano de Estudos, 2017, p.08).

Nesse sentido, o Plano de Estudos do Ensino Médio da E.E.E.M. Nova Sociedade é concebida como;

Um conjunto orgânico, sequencial e articulado e podem assegurar diferentes formas de organização dos saberes, ou seja, como áreas do conhecimento (conjunto de disciplinas que a compõe); como unidades de estudos; como módulos integradores; como mapas conceituais; como projetos contextualizados e interdisciplinares; como desenvolvimento transversal de temas ou outras formas de organização. Nossa escola optou por áreas do conhecimento relacionadas ao conjunto de disciplinas que a compõem. (Plano de Estudos, 2017 –p.8).

E os documentos legais da escola que orientam este Plano de Estudos são: Projeto Pedagógico e Regimento Escolar do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Ao longo deste capítulo, apresentei o histórico da escola, bem como as principais características acerca de seu currículo, diretrizes e forma de organização, baseada nos documentos oficiais da instituição. Evidentemente, nem sempre as premissas apresentadas nestes documentos oficiais (PPP, regimentos, planos, etc) se efetivam no cotidiano da escola e

da sala de aula. Nos próximos capítulos, buscarei problematizar esses documentos a partir da investigação acerca do currículo de História e da prática dos professores/as da disciplina.

2. NO CURRÍCULO DE HISTÓRIA A ABORDAGEM DA LUTA PELA TERRA

Neste capítulo meu objetivo é trazer reflexões a respeito do dia a dia da Escola e do trabalho da disciplina de História. Para isso concentrarei o trabalho na análise de alguns documentos que a Escola utiliza para organizar sua vida escolar, os livros didáticos usados pela educadora em seu trabalho de sala de aula, os projetos desenvolvidos pela escola e qual sua relação com a disciplina de História, além das entrevistas realizadas com alguns membros da escola. Junto à análise procurarei colocar minhas reflexões e meu olhar sobre as questões apresentadas.

O trabalho da escola tem como ponto de partida a realidade específica, constatada a partir da pesquisa sócio antropológica e da construção de um complexo temático com conceitos relacionados às áreas do conhecimento.

A escolha de conteúdos está relacionada à realidade vivida, aos princípios da pedagogia da terra, da agroecologia, da auto-organização e das matrizes pedagógicas, bem como, ao projeto de formação de seres humanos cooperativos e conscientes, como nos diz a Diretora da escola.

A gente fez um diagnóstico na comunidade. Com o último levantamento dos complexos temáticos a gente tentou trazer para dentro da escola um pouco das porções da realidade do município, e dentro dessas porções entrou também as questões do Movimento, porque o município Nova Santa Rita tem quatro assentamentos e dentro dos assentamentos tem cooperação, agroindústria, feiras, a agroecologia, a questão da organicidade do movimento, a questão da merenda escolar... e tudo isso permeou, perpassou a discussão dos conteúdos de todas as disciplinas, automaticamente a luta pela terra e o MST está embutido dentro das disciplinas. (entrevista concedida à autora, agosto de 2017)

Para a educadora da disciplina de História, trabalhar com as porções da realidade não é muito difícil, pois, segundo ela, escolhe algumas e tenta colocar, adaptar dentro do conteúdo que ela está trabalhando e fazendo uma “ponte” entre o passado e o presente. Por exemplo: no 3º Ano quando ela trabalha a questão do “público” e do “privado”, ela trabalha o conteúdo e depois desdobra em uma análise do presente, perguntando aos educandos como eles associam com a atualidade, para isso ela traz textos, discute questões que veem na internet, entre outras, e é esse desdobramento do conteúdo que faz a relação do que estudou em relação ao passado com as questões atuais, fazendo alguns questionamentos como: - isso continua acontecendo? Permanências? Transformação?

Essa relação do passado e do presente em que a educadora trabalha a partir do conteúdo, a relação com a porção da realidade, segundo ela, *“se dá o tempo todo, se dá até*

quando eu não planejo”, neste caso ela se refere ao momento em que está trabalhando um determinado conteúdo e os educandos colocam que isso se *dá ainda hoje, não mudou nada*, ou seja, a discussão se dá antes do momento planejado pela educadora, vai acontecendo naturalmente, até pela vivência dos educandos, então vão fazendo essas relações com essa realidade.

Uma prática pedagógica utilizada pela educadora são os debates sobre os temas, embora ela afirme que *“eles não gostam muito de falar”*, além da produção de textos, porém essas práticas se apresentam como insuficientes: segundo a educadora ela gostaria de poder desenvolver mais coisas, porém se limita ao tempo e por vezes a falta de interesse de alguns educandos, pois *“não gostam de ler e de pesquisar”*, mesmo que em algum momento se opte por parte dos conteúdos, mesmo assim o tempo é o grande limitante para conseguir desenvolver outras práticas, como a pesquisa, por exemplo. A educadora coloca que costuma fazer debates com eles em relação a temas *“polêmicos”* e que estão na atualidade, como maioridade penal, legalização do aborto, legalização ou descriminalização da maconha, entre outros, para os quais os educandos tem que fazer a pesquisa para depois abrir para o debate, mas o limitante do tempo implica na qualidade do trabalho.

A educadora coloca que um dos seus limitantes é a questão do tempo, ou da falta dele para poder organizar melhor o conteúdo e os materiais a serem utilizados no desenvolvimento das aulas, mas também coloca que tem total liberdade para escolher, ou optar sobre os assuntos que irá priorizar em sala.

Na Escola Nova Sociedade, a disciplina de História é ministrada por dois educadores formados na área e a carga horária é distribuída da seguinte forma: Turmas do 1º Ano tem duas horas de aulas semanais e o 2º e 3º Ano três horas aulas semanais.

A forma de organização curricular da Escola Nova Sociedade acontece por Área do Conhecimento, nas quais estão elaboradas dentro de cada componente os objetivos e os conteúdos a serem trabalhados com cada ano.

Ainda segundo o Plano de Estudos da Escola Nova Sociedade, os objetivos da escola, na área ou componentes da História, devem ajudar os educandos e educandas a atingir a formação esperada, levando em conta a realidade específica, bem como a discussão atual da sociedade, no que se refere à formação esperada ao final do nível da educação básica. Esses objetivos são;

O processo histórico de transformação da sociedade e da cultura;

De conteúdo das ciências sociais, das ciências da natureza, das matemáticas, e de algumas de suas tecnologias, que permitam desenvolver uma compreensão científica

da realidade;

De tecnologias relacionadas aos processos produtivos no campo;

De informações básicas sobre a atualidade;

Desenvolver a capacidade de aprender e continuar aprendendo, de autonomia intelectual e de pensamento crítico, de modo a ser capaz de prosseguir seus estudos mesmo fora de um espaço escolar formal, e de ajustar-se à novas demandas e condições de trabalho e de participação social;

Desenvolver a capacidade de leitura/interpretação dialética e histórica da realidade;

Desenvolver habilidades de análise, de síntese, de argumentação e de proposição;

Capacitar-se para tomar decisões, enfrentar situações-problema, refletir sobre a prática e intervir numa realidade concreta desde uma intencionalidade;

Vivenciar valores e desenvolver convicções que estejam na perspectiva da construção de uma sociedade justa, igualitária, solidária e democrática;

Exercitar o cultivo de relações humanas baseadas no princípio da alteridade e da convivência saudável de acordo com a essência do ser humano, de maneira não discriminatória entre sexos, gerações, raças, culturas entre outras;

Valorizar suas raízes culturais e sociais e cultivar identidades pessoais e coletivas, dialogando com o processo histórico.

Estes objetivos gerais deverão ser desdobradas em metas de aprendizado específicas para cada etapa de ensino, ajustadas ao processo de desenvolvimento dos educandos e às novas demandas do processo pedagógico como um todo. As metas específicas devem servir de referência básica para a avaliação dos educandos em cada etapa.

Ao apresentar o quadro a seguir (Objetivos e conteúdos da Disciplina de História do Ensino Médio), tenho como objetivo fazer considerações sobre o que a educadora trabalha na disciplina em relação ao meu tema de pesquisa, que são as questões do homem do campo, luta pela terra e o MST, com os objetivos e conteúdos propostos pela escola.

2.1 OBJETIVOS E CONTEÚDOS DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA DO ENSINO MÉDIO

ANO	OBJETIVOS	CONTEÚDOS
1º	<ul style="list-style-type: none"> • Construir reflexão sobre as relações entre tecnologia e totalidade cultural e histórica, redimensionando tanto a produção quanto a convivência cotidiana dos homens; incluindo-se o papel da tecnologia nos processos econômicos e sociais e os impactos causados na humanidade. • Relativizar as diversas concepções de tempo e as diversas formas de periodização do tempo cronológico, reconhecendo-as como construções culturais e históricas. • Compreender a relação do homem com a natureza e trabalho como resultado dessa interação. • Compreender a origem, a produção e papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as às práticas dos diferentes grupos e atores sociais, aos princípios que regulam a convivência em sociedade, aos direitos e deveres da cidadania, à justiça e à distribuição dos benefícios econômicos. • Perceber a relação entre a formação do Estado e a propriedade privada, bem como a ocupação da terra como resultado das relações de poder. • Compreender a evolução dos modos de produção e o papel das relações de produção como fator determinante da construção política, econômica, cultural, social e ideológica das sociedades ao longo da História da humanidade. • Comparar as lutas sociais antigas aos movimentos sociais atuais como alternativas ao poder estabelecido e a possibilidade de construção de agentes históricos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conceito e concepções de História. • Mapa conceitual. • Relação homem-natureza: os diferentes modos de produção ao longo da História. • Caçadores coletores. • Povoamento da América. • Formação do Estado. • O trabalho e as relações de produção. • Propriedade da terra e relações sociais no mundo antigo. • Terra: privilégio e poder. • A propriedade da terra e a luta pela terra no Brasil. • Movimentos sociais no Brasil.
2º Ano	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a sociedade feudal como germe da civilização ocidental construída a partir das 	<ul style="list-style-type: none"> • Feudalismo e a propriedade da terra • Nascimento do Capitalismo

	<p>culturas germãna, romana e cristã.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar o nascimento do capitalismo ao surgimento da burguesia e do mercantilismo. • Compreender a relação de exploração do continente europeu com o continente americano que resultou na acumulação primitiva de capital pela burguesia formando a base econômica da Revolução Industrial. • Perceber a Era das Revoluções Burguesas e o iluminismo como fundantes do pensamento liberal, base do capitalismo. • Comparar a sociedade medieval ao movimento renascentista entendendo este último como propulsor de uma nova visão de mundo e mudança de mentalidade. • Analisar a Reforma Protestante como crítica e questionamento ao poder da Igreja Católica e seu poder sobre a sociedade. • Compreender a lutas populares e processos políticos na América Latina como construtores do ethos¹⁰ e da cultura latina. <p>Compreender o imperialismo e as guerras mundiais como disputas por áreas exploração econômicas de influência política do capitalismo industrial-financeiro no início do século XX.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão Marítima Europeia • América latina: das civilizações antigas à conquista espanhola; • Colonização da América • Renascimento e Reforma Protestante • Movimento Iluminista • A Era das Revoluções Burguesas • A revolução Industrial • América Latina: lutas populares, ditaduras, populismo, guerrilhas e revoluções. <p>O Imperialismo na Ásia e na África – 1º e 2º Guerra Mundial</p>
3º Ano	<ul style="list-style-type: none"> • Em relação ao 3º Ano os objetivos norteadores do trabalho pedagógico colocam que os educandos devem: • Compreender o desenvolvimento da sociedade brasileira e seu processo de ocupação do território e da paisagem, bem como a construção de relações sociais e culturais. • Perceber a influência da cultura africana e indígena na construção da cultura brasileira. • Comparar o processo de independência do Brasil ao da América hispânica compreendendo 	<ul style="list-style-type: none"> • Brasil Colônia • Cultura afro-brasileira • Brasil Império • República Velha: lutas populares e sindicatos • Estado Novo • Ditadura Militar no Brasil <p>Redemocratização no Brasil</p>

¹⁰ Ethos em seu sentido originário significa a toca do animal ou casa humana. Saber mais em: BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do homem – compaixão pela terra – Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.

<p>semelhanças e diferenças.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Perceber a partir das transformações sociais e políticas do final do século XIX discursos e significados do movimento republicano no Brasil. Identificar na política atual no Brasil práticas do coronelismo. • Relacionar a Ditadura Militar no Brasil com a Guerra Fria e a disputa do Capitalismo X Socialismo. <p>Compreender quais os rumos da democracia no Brasil globalizado.</p>	
---	--

Fonte: Elaborada pela autora

No primeiro Ano, os objetivos e os conteúdos da questão da luta pela terra e a história do MST relacionam-se com a formação do Estado e a propriedade privada, bem como, com a ocupação da terra como resultado das relações de poder. Comparar as lutas sociais antigas aos movimentos sociais atuais como alternativas ao poder estabelecido e a possibilidade de construção de agentes históricos pode ser uma alternativa para a sala de aula. Com esta abordagem o tema da terra traz seu conceito de privilégio e poder, compreendendo que a terra é uma mercadoria por ela ser uma propriedade privada e financiada pelo Estado; Nesta lógica a luta pela terra no Brasil e os Movimentos sociais são marcos fundamentais na organização da agricultura brasileira.

No segundo Ano, os objetivos e conteúdos que abordam a questão da luta pela terra e o MST dialogam com a questão de compreender as lutas populares e os processos políticos na América Latina. Trabalhar os conteúdos a partir do tema Feudalismo e a propriedade da terra e América Latina as lutas populares, ditaduras, populismo, guerrilhas e revoluções, aponta como historicamente os modos de produção usaram a terra como instrumento de exploração, de exclusão e de valores políticos e sociais. A Revolução Industrial, fazendo uma abordagem com cercamentos dos campos, a expulsão dos camponeses do campo para as cidades e como isso se relaciona com a formação do capitalismo e em seguida a ressignificação do campo, para atender as demandas da indústria maquinaria em especial, havendo o grande avanço das máquinas do campo e com isso a diminuição de trabalhadores.

No terceiro Ano, podemos destacar que, ao trabalhar a redemocratização do Brasil, podem-se abordar as questões referentes à abertura política pós-ditadura civil - militar no Brasil, fazendo uma conexão com a resistência camponesa, com surgimento das greves no

ABC paulista e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que foram o berço da formação do MST. Abordando num primeiro contexto a luta pela terra pelos sujeitos sem terra, a constituição de uma identidade de Sem Terra, que vai além da luta pela terra, pautas como a educação, cooperação são abordagens que permeia o currículo e sua relação com a luta pela terra.

2.2 - LIVRO DIDÁTICO

Neste item sobre o livro didático, meu intuito é traçar uma linha de análise sobre a relação entre o livro usado pela educadora para a disciplina de História, com os objetivos e conteúdos acima citados.

Os livros didáticos utilizados pela educadora para auxiliar em seu planejamento de aula, são oferecidos pelo Ministério da Educação. Os educadores escolhem entre os que são oferecidos, aquele, ou aqueles que melhor se adaptam à realidade da escola, os mesmos são substituídos pela escola a cada três anos. No caso da Escola o livro utilizado na disciplina de História, em todas as turmas do ensino Médio é o do autor Ronaldo Vaifas. Ronaldo Vaifas é professor titular de História Moderna na Universidade Federal Fluminense (UFF), fez mestrado na mesma universidade e doutorado na Universidade de São Paulo.

Porém, como a educadora diz, ela não se prende muito ao livro didático, sempre procura usar outros materiais para preparar o conteúdo a ser trabalhado e um dos materiais é o livro “A história da luta pela terra e o MST”, que é específico do Movimento e não está incluído no Plano Nacional do Livro Didático, além de cartilhas e textos que são produzidos pelo próprio MST.

Dados do Livro	Organização dos capítulos
A História da luta pela terra e o MST/ Mitsue Morissawa – São Paulo : Expressão Popular, 2001	<p>Parte 1 – Mundo, Mundo...</p> <ul style="list-style-type: none"> •Quando a terra era de todos •O surgimento do Estado •Terra é poder •Terra <i>versus</i> capital •Imperialismo: novo colonialismo •A era da globalização <p>Parte 2 – Em Terras brasileiras</p>

	<ul style="list-style-type: none"> •Memórias coloniais •Memórias do império •Memorias do Brasil Republicano •As lutas pela terra de 1888 a 1964 •1964-1984 uma longa noite escura •A questão da Terra no Brasil atual
	<p><i>Parte 3 – MST; Histórias e Perspectivas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> •Puxando o fio da história •Um grande movimento em gestação •Os primeiros passos da organização •Construção nacional e consolidação •Resumo do desenvolvimento do MST nos estados •As diversas formas de luta •A organização do movimento •A mística sem terra •A participação da mulher •Os jovens e os sem-terrinhas •O MST e a lei •A imprensa e o MST
	<p><i>Parte 4 – A luta continua</i></p> <ul style="list-style-type: none"> •Organizando a produção e a comunidade •A cooperação agrícola •A agroindústria nos assentamentos •O MST e o meio ambiente •Educação: a prioridade do MST

Fonte: Elaborada pela autora

Este é um livro muito utilizado pela educadora de História. De acordo com a educadora, ela tem um apreço muito grande pelo livro, pois ganhou de uma colega do MST e que hoje é Diretora da escola onde trabalha. Ela usa o livro para fazer conexões sobre a história do Brasil e a História do MST, das famílias assentadas no assentamento onde a escola está situada e com os próprios educandos.

Neste livro, todo o capítulo 3 é dedicado às questões ligadas a história da luta pela terra e o MST.

Num primeiro momento os textos abordam a questão histórica do surgimento do Movimento e quais são suas origens.

O segundo momento traz as principais referências sobre o “nascimento” do Movimento, iniciado ainda no período da ditadura militar, com as ocupações das Fazendas Macali e Brilhante, com a ajuda da Comissão Pastoral da Terra. Essa parte do livro faz um percurso entre as primeiras ocupações acontecidas no Rio Grande do Sul e com outros estados como Santa Catarina, Paraná, Mato grosso do Sul, e São Paulo.

Em um texto resumido, na página 132 coloca a diferença entre “invasão” e “ocupação” e por que o MST usa a o termo ocupação para explicar a entrada das famílias nas áreas de latifúndio.

A partir da página 137 o texto começa a trazer os elementos da estrutura organizativa do Movimento, como os Encontros Regionais, Seminários Nacionais, os Encontros Nacionais, os Congressos Nacionais, os objetivos do MST, os massacres, a relação com os governos e a forma de organização da produção, principalmente na questão da cooperação agrícola.

Na página 167 o livro começa a abordar as questões do MST no século XXI, explicando como o movimento está organizado a nível nacional, trazendo um pequeno balanço dos estados.

Na página 199 o texto aborda quais as principais formas de luta que o movimento usa para lutar por seus direitos,

Na página 205 traz minimamente a estrutura organizativa, com apresentação dos setores, núcleos, equipes e comissões que são usadas nos diversos assentamentos e acampamentos do MST a nível nacional.

Da página 209 a 248 o livro trata assuntos como a Mística, muito usada pelo movimento para expressar a luta e a esperança em uma nova sociedade. Outro tema abordado nessas páginas é a questão da participação da mulher, dos jovens e das crianças, em todo o processo do Movimento. Por fim, a questão do MST e da lei e como a imprensa se posiciona frente ao movimento.

Este não é um livro didático nos termos dos livros apresentados pelo Plano Nacional do Livro Didático. É um material construído pelo próprio MST para que possa servir de suporte didático, não especificamente para as escolas, mas para os cursos de formação em geral, podendo ser usado em sala de aula, como material de apoio ao educador e como fonte de pesquisa pelos educandos, visto que, o livro tem um linguajar próprio do movimento, o que facilita a compreensão por parte dos educandos.

História: das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas, volume 1/ Ronaldo Vaifas...[et al]. – São Paulo : Saraiva, 2010.	1. A HISTÓRIA ANTES DA ESCRITA Cap. 1 Como a história começou Cap. 2 A ocupação da América
--	--

	<p>2. POVOS DA ANTIGUIDADE</p> <p>Cap. 3 Oriente Próximo: sociedades, reinos, impérios.</p> <p>Capitulo 4 O mundo grego</p> <p>Cap. 5 O mundo romano</p>
	<p>3. A CRISTANDADE MEDIEVAL EM CONFLITO COM ISLÃ</p> <p>Cap. 6 A formação do mundo medieval</p> <p>Cap. 7 Nascimento e expansão do Islã</p> <p>Cap. 8 O apogeu do feudalismo</p> <p>Cap. 9 A espiritualidade medieval</p> <p>Cap. 10 Outono medieval</p>
	<p>4. O NASCIMENTO DO MUNDO MODERNO</p> <p>Cap. 11 O encontro dos mundos</p> <p>Cap. 12 As várias Áfricas</p> <p>Cap. 13 Américas conquistadas</p> <p>Cap. 14 Faces do Renascimento</p> <p>Cap. 15 Tempo de Reformas</p> <p>Cap. 16 O absolutismo em marcha</p>
	<p>5. SOCIEDADES COLONIAIS NA ERA DO MERCANTILISMO</p> <p>Cap. 17 Impérios e sociedades coloniais</p> <p>Cap. 18 A colonização na América portuguesa</p> <p>Cap. 19 A América portuguesa em expansão</p> <p>Cap. 20 A África nos tempos do tráfico atlântico</p>
	<p>6. GUERRA E PAZ NA ÉPOCA MODERNA</p> <p>Cap. 22 Tradição e mudança na vida cotidiana</p> <p>Cap. 23 Inglaterra revolucionária</p>

Fonte: Elaborada pela autora

Abaixo trarei elementos sobre a análise que articulam a organização curricular e dos conhecimentos do livro de Ronaldo Vaifas acima citado, livro esse utilizado pela educadora para trabalhar com os três anos do Ensino Médio, com os objetivos e conteúdos trabalhados pela escola.

O conceito de terra é trabalhado como um espaço de sobrevivência, buscando propiciar aos educandos a compreensão de que para o ser humano a utilização destes espaços era realizada de forma coletiva e as guerras que existiam era para a defesa deste território, defesa de sua sobrevivência.

A terra é vista como um recurso para produção de riquezas, concentrada nas mãos das camadas sociais mais ricas, aparecendo neste caso à propriedade privada da terra e o trabalho compulsório ligado à produção agrícola. Nesse contexto as guerras se davam pela posse de territórios com melhores condições de produção, entre classes sociais antagônicas pela posse e exploração da terra e dos trabalhadores;

Neste caso a economia dependia da produção agrícola, por isso a terra aparece como símbolo de riqueza e sua concentração está nas mãos do Senhor Feudal (Europa), ocasionando a servidão dos camponeses. As guerras se davam pela disputa de territórios, pela concentração das terras e contra a exploração dos camponeses.

A terra/território vista como possibilidade de acumulação de riquezas; dominação e exploração de territórios pertencentes a outras civilizações; expropriação da terra de comunidades nativas; utilização do trabalho compulsório para exploração da terra; organização de estrutura fundiária que deu início aos latifúndios (América); dependência do mercado externo (metrópole); Resistência das comunidades nativas frente a ocupação estrangeira;

Ao concluir a leitura e a análise dos livros didáticos utilizados pela educadora e comparando-os com os objetivos e conteúdos da Disciplina de História do Ensino Médio e os documentos oficiais da escola, dá para afirmar que, os temas abordados dialogam entre si. Ou seja, há uma relação das questões sobre os/às trabalhadores/as do campo e à luta pela terra em ambos os documentos. Porém, o trabalho realizado com os educandos sobre esse tema nem sempre se dá via livro didático e nem sempre pela disciplina de História em sala de aula, mas através de outros espaços e de outras atividades, como por exemplo, os projetos desenvolvidos pela escola.

2.3.-MEU CONTATO COM A ESCOLA NOVA SOCIEDADE

Cheguei à escola Nova Sociedade por volta das 9:00 horas da manhã do dia 12 de junho de 2017. Era a primeira vez que ia até a escola e confesso que me surpreendi. Sempre que ouvia falar da escola imaginava um prédio grande, pintada com cores claras, com um pátio enorme, campo de futebol e parque infantil. Ao chegar me deparei com uma estrutura razoavelmente pequena, uma construção de tijolos à vista, em meio a algumas árvores. No interior da escola, tudo muito pequeno, as salas de aula, biblioteca, o refeitório no saguão, a sala da direção, tudo parecia minúsculo, apertado. Porém, logo na entrada, nas paredes da escola, muitos cartazes sobre o Movimento Sem Terra, o que demonstrava estarmos em um

espaço conhecido, familiar para quem integra o MST.

Ao chegar, quem me recebeu foi o professor de Educação Física e logo nos apresentou ao vice-diretor, Cícero Marcolon, pois a diretora não se encontrava nesse dia. Expliquei minha intenção em estar na escola, qual era minha proposta e se ele poderia me conceder uma entrevista, visto que a diretora não se encontrava. Também solicitei fazer entrevista com alguns educandos/as e ele, indicou duas educandas para conversar comigo.

A educadora da disciplina de História não se encontrava na escola, devido a um problema no fluxo de informações, não sabia que na segunda-feira é seu dia de folga. Pensei, num primeiro momento, que minha principal entrevista estava prejudicada, mas contei com a disponibilidade e a simpatia da Carla, educadora que trabalha na biblioteca, que entrou em contato com a professora, expôs a situação e prestativamente a Débora, educadora de História, aceitou me receber na cidade, para conversarmos, sem que eu tivesse que retornar outro dia.

Durante o período da manhã conversei com as duas educandas e com o vice-diretor e na parte da tarde, em uma lanchonete no centro da cidade de Nova Santa Rita, me encontrei com a educadora Débora, que com muita simpatia e disponibilidade me recebeu, abrindo mão de sua folga para poder me conceder a entrevista.

As pessoas entrevistadas foram:

A Diretora da Escola, Elizabete Witcel, que é integrante do MST, passou pelo Acampamento e hoje mora no Assentamento.

O vice-diretor da Escola, Cícero Marcolon, que não é do assentamento e seu vínculo com o MST é através da escola, ele mora em Canoas e viaja todos os dias 40 km para estar na escola.

A educanda Gabrieli Santos da Silva Jardim, que tem 18 anos e está no 2º ano do Ensino Médio. Gabrieli mora em uma comunidade próxima ao Assentamento, não é filha de assentados, mas estuda na Escola há oito anos.

A educanda Renata Alves, filha e neta de assentados, sempre morou no Assentamento e frequenta a escola desde a Pré escola, está concluindo o Ensino médio.

A educadora Débora Horlle D'Ávila, que trabalha a disciplina de História na escola, também não é do Assentamento, mora na cidade de Nova Santa Rita e seu vínculo com o MST se dá através da escola.

2.4 – AS ENTREVISTAS

2.4.1 – Trajetória de vida e sua aproximação com o MST e com a Escola Nova Sociedade

Em relação à forma como conheceram o MST e a luta pela terra, este é distinto. No caso do Cicero, foi no município de Passo Fundo, quando fazia a faculdade. Neste período começou as mobilizações na Fazenda Annoni, e junto com a Central Única dos Trabalhadores e com o Partido dos Trabalhadores trabalhou na campanha de solidariedade para arrecadação de alimentos para as famílias acampadas. Tinha uma simpatia pela causa da Reforma Agrária e por fazer um curso de História, por isso passou a estudar a questão Agrária no Brasil.

Conheceu a Escola Nova Sociedade há aproximadamente 15 anos, quando foi convidado por um professor da escola, para ser professor de História, aceitou, e, segundo ele, *“por mais que tenho que viajar 40 km para dar aula, vale a pena”*, pôr sempre ter sido de esquerda e acreditar em um mundo melhor e também por se identificar com a proposta da escola.

A educadora Débora soube do MST na faculdade, mas não uma coisa direta, tinha uma professora, de História do Brasil, provavelmente foi ela quem apresentou o MST, pois trazia textos pra ler, *“uma excelente professora, bem esquerdista, isso alimentou esse meu lado, eu sempre gostei, mas nunca atuei, eu atuava em escola, era professora normal”*. Sempre morou na cidade, não tem vínculo com a agricultura, é filha de bancário. Seu pai sempre foi ligado aos sindicatos, gostava de ouvir músicas latinas americanas, músicas de cunho político, ligadas as questões sociais e a apresentou a esses conceitos. No tempo de faculdade participou de movimento estudantil, mas não por muito tempo, não tinha uma visão muito clara, até porque quando foi fazer faculdade, já era casada e tinha filhos.

Quem convidou a Débora pra trabalhar na Escola Nova sociedade foi o Cicero, que era diretor na época e a convidou para ser vice-diretora, porém a mesma não aceitou e passou a assumir a sala de aula. Até o ano passado, tinha 20 horas de sala de aula e 20 horas de supervisão, mas a partir desse ano (2017), ficou apenas com sala de aula, com 40 horas.

Gabrieli nos contou que, durante sua vida morou em muitos lugares, mas sempre na cidade, nunca em um Assentamento. Quando morou pela primeira vez no Assentamento achava que o lugar era um *“deserto”*, com pouca gente, nada pra fazer, chegou a pensar que era um povo *“sem cultura”*. Porém sua visão mudou depois que começou a ter contato com as pessoas, começou a perceber que era totalmente diferente, e o que a ajudou a pensar diferente foram os *“movimentos que a escola faz e a gente participa”*.

Gabriele conta que a visão que sua mãe tinha da escola e do Movimento era a que elas viam na TV, *“os manifestos que era sempre uma baderna, para minha mãe era isso, então se a gente ia participar, a gente ia fazer baderna na rua, até a gente aprender com a escola que o movimento não é isso, não é baderna, é lutar pela terra, que era o que eles queriam”*. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017)

Permaneceram no Assentamento e na Escola, e hoje participa do movimento, *“a gente estuda o Movimento com a escola e a escola em si não trabalha separado, tudo o que a gente vai fazer tem um pouco com a história, tem um vínculo ligado com o assentamento, da história da escola mesmo com o assentamento”*. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017)

Gabrieli diz com toda convicção que não tem vergonha de ser estudante de uma escola de Assentamento e se assumiria como Sem Terra em outros espaços para além da escola e do assentamento. Em contra partida, a educadora Débora nos colocou que alguns educandos que são filhos e ou filhas de assentados por vezes se mostram indiferentes à luta, a história do MST, e nos relatou que *“quando eu trabalho questões do MST, como por exemplo, a organicidade, eu trabalho sem dizer que é do MST, eu evito dizer que é do MST, porque tem um preconceito incrível”*. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017)

Renata, filha e neta de assentados e mora no Assentamento, no espaço onde funcionou a primeira escola do assentamento, onde primeiro era a cocheira dos cavalos. Tem seis irmãos e todos estudaram na escola do assentamento e, fala isso com orgulho. *“Eu sempre estudei nesta escola, desde a Pré- escola até agora que estou concluindo o Ensino Médio. Eu gosto muito de estudar nesta escola, de fazer parte dos projetos, sou voluntária, ajudo na biblioteca na parte da tarde”*. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017)

Elizabeth Witcel é filha de pequenos agricultores e se tornou educadora na luta pela terra, quando foi ao acampamento para buscar a terra, em 1989. Elizabeth coloca como e porque se tornou educadora:

A demanda no acampamento era muito grande sobre a questão da necessidade da alfabetização, porque nosso acampamento era muito extenso, eram mais de 1800 famílias, então tinham muitas crianças e na época não era reconhecida a educação nos acampamentos, então quem tinha mais escolarização era chamada para assumir essa demanda no acampamento. Eu tinha o Ensino Fundamental quando fui para o acampamento, então no levantamento das pessoas eu fui chamada para contribuir nessa tarefa e eu fui adquirindo gosto pelo trabalho, de ver aquelas crianças com tanta necessidade, com tanto amor e vontade de aprender e eu decidi então estudar. Tinha demanda do Magistério e eu sou parte da primeira turma, ainda em parceria com os municípios, lá na região celeiro, em Braga. O primeiro Magistério em alternância, janeiro, fevereiro e julho nos demais tempos estava no acampamento,

contribuindo com a educação. Sempre continuei no Setor de Educação, na luta pelo reconhecimento das escolas nos acampamentos, na Escola Itinerante e fui cada vez mais criando essa identidade de educadora. (entrevista concedida à autora, Veranópolis, setembro de 2017)

Já assentada, em 1998, foi chamada pelo Setor de Educação do Movimento, para fazer a primeira turma de Pedagogia a nível nacional, e foram chamados os militantes que contribuía com as tarefas de educação nos estados. Elizabete salienta que, *“toda minha formação é vinculada ao MST, nenhuma formação acadêmica foi feita fora do Movimento”*. (entrevista concedida à autora, Veranópolis, setembro de 2017)

Quando estava concluindo o curso de Pedagogia, saiu um Concurso Estadual para professores, currículo e séries finais de Ciência do Ensino Fundamental, e discutindo com o Setor de Educação do MST optou-se por fazer o concurso para ter mais uma ferramenta de luta e de organização da educação tanto nos acampamentos com a Escola Itinerante, como também nas Escolas de Assentamento. Passando nos dois Concursos, assumiu apenas um em sala de aula, o outro ficou liberada, em negociação com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul na época, que era o Olívio Dutra (Partido dos Trabalhadores 1999-2003), para ajudar nas Escolas Itinerantes dos acampamentos, porém quando mudou o governo, e assumiu Yeda Crusius (Partido da Social Democracia Brasileira 2007-2011), essa liberação ficou comprometida, pois o Estado ordenou que todos os educadores voltassem pra sala de aula, ou largassem os concursos.

Para não perder o vínculo com o Setor de Educação do MST e com as Escolas Itinerantes, a Elizabete optou em se exonerar de um dos concursos, ficando apenas com 20 horas de sala de aula, voltando pra escola com mais 20 horas em 2008, quando as Escolas Itinerantes foram fechadas.

Então foi assim que eu fui pra escola, na época eu não sabia o que eu ia fazer na escola, sabia que eu ia pra sala de aula. Então eu fui pra sala de aula num primeiro momento, depois surgiu a demanda de uma coordenação pedagógica, aí eu fui contribuir na EJA, que na época era fundamental, depois assumi a coordenação do Programa Mais Educação, aí fiquei com o vínculo de 40 horas, porque antes só tinha 20 horas e fui me inteirando da comunidade, da escola. (entrevista concedida à autora, Veranópolis, setembro de 2017).

2.4.2 – O olhar sobre a escola Nova Sociedade a partir dos entrevistados

Em relação à história da escola, o Cicero conta que.

A escola surgiu quando surgiu o acampamento, pois a escola mais perto ficava a 12 km e os assentados perceberam que tinha muito preconceito e discriminação, como existe em parte até hoje, mas na época era muito maior, era o primeiro assentamento da cidade, eram vistos como o “bicho papão”, os comunistas e também como os “parias” da sociedade. E com certeza as condições eram bem precárias, os alunos iam cheirando a fumaça na aula e eram discriminados por isso, logo nas primeiras semanas perceberam que lá não dava para estudar e logo “bateram o pé” e começaram um processo muito bonito de auto-organização e os que sabiam mais ensinavam em baixo das árvores os que sabiam menos, e sem nenhuma ligação formal, oficial pelo Estado, mas logo formaram uma comissão de educação e foram procurar as autoridades e conseguiram que fosse construída uma escola de primeiro grau incompleto, que é essa escola aqui, inclusive muita coisa que temos hoje aqui é fruto do seu trabalho que ao longo do tempo começou a ser prestigiada, inclusive temos tido procura de vagas pela cidade e pela região, pela qualidade da escola. É uma escola que tem uma estrutura pequena, temos dois banheiros para 50 alunos e hoje temos 400 alunos. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017)

A Escola começou com Ensino Fundamental Incompleto e pela demanda que o Assentamento apresentava colocaram a EJA Fundamental para o turno da noite, conseguindo colocar EJA médio na sequência, além do Ensino Médio normal no período da manhã. Hoje a Escola atende da Pré até o Ensino Médio, com 364 educandos.

Segundo Elizabete, no início a Escola contava com mais educandos do próprio Assentamento, porém hoje, 90% dos educandos e educandas já não são mais do Assentamento, porque a escola recebe educandos e educandas do entorno da escola, de outros extremos, de bairros bem distantes da escola e do centro da cidade, acolhendo as famílias da classe trabalhadora do município de Nova Santa Rita. Conforme salienta a diretora, “*a Escola Nova Sociedade é a única com Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos dentro do município, e assim a escola foi se expandindo*”. (entrevista concedida à autora, Veranópolis, setembro de 2017)

O vice- diretor fala com orgulho dos alunos formados em faculdade como médicos, veterinários, entre outros, que passaram pela escola e isso, segundo Cícero;

É fruto do trabalho da escola em parceria com o Movimento, então a escola conseguiu seu objetivo que é a evolução na questão educacional, pois os primeiros assentados não tinham o primeiro grau completo e agora seus filhos e netos estão cursando a faculdade. A reforma agrária além da produção agroecológica, além da diversidade em produzir, ela cumpre esse papel também de aumentar e proporcionar violentamente o aumento da escolaridade dos descendentes. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017)

Uma das educandas, Renata coloca que, mesmo sendo filha de assentado, conhece pouco sobre o MST e sobre a luta pela terra, por que;

Apesar de participar dos projetos eu nunca me aprofundei nesta história. Conheço por cima a história do assentamento, sei que se chama Assentamento Itapuí, onde eu morro é Rua dos Colonos, até já li a história de como a escola foi fundada, li aqui na escola, através de um projeto que foi feito e eles deram para os alunos ler. Foi um trabalho que a gente fez para conhecer um pouco mais sobre a história da escola, que foi de muita luta e de muitas perdas também. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017).

A educadora Débora chegou à escola em um momento histórico, onde a mudança na mentalidade dos alunos era muito brutal, porque, segundo ela:

Diferente do que eu fiz durante a maior parte do meu tempo de magistério, porque eu dava aula aqui em Santa Rita eu “fazia chover” e os alunos amavam tudo, mas isso era aqui no centro, não que lá isso não acontecesse, aconteceu, mas o momento que eu entrei lá, foi um momento histórico, era um momento como o que estamos vivendo hoje, eu me sinto lá dentro bem assim, parece que eu estou agarrada a uma bandeira do MST e estão tentando tirar da gente, mas a maioria dos alunos que são assentados vêm isso com desprezo. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017)

2.5 Trabalho sobre a história da luta pela Terra e o MST na Escola e no componente curricular de História

Segundo o vice-diretor, a escola vem trabalhando no sentido de tentar fazer algo para proporcionar uma educação diferenciada daquela apresentada pelos órgãos responsáveis pela educação. Nesse sentido tentam no trabalho do dia a dia

Romper essa grade curricular, por ser uma escola diferenciada que é vinculada com os assentamentos e estar dentro de um assentamento e ter uma direção e o quadro de professores mais identificados com um projeto da nova sociedade como já diz o nome da escola. Mas por outro lado, é uma escola oficial, financiada pelo estado, professores são pagos pelo estado, tem essa contradição, mas como a gente procura romper? Com os projetos, que tem sido uma política interessante, embora ela vá contra a corrente, porque o normal para o estado é que tenha aulas e os professores, mas como diz: “só peixe morto nada a favor da corrente”, então a gente está acostumado com isso. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017)

Para as educandas Gabrieli e Renata o estudo sobre a história da luta pela terra e o MST, não se dá através do livro didático, mas através de materiais que a educadora de História elabora, segundo Gabrieli;

A professora traz o material de casa, não é pelo livro didático. Estudamos a história do Brasil, que é o que temos que estudar, pra estudar o MST nas aulas de história nunca paramos pra fazer isso, estuda através dos projetos que a escola desenvolve, estudamos e trabalhamos as questões do MST através do teatro, festa junina, aniversário da escola. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017).

A educanda relata que nas aulas de História, os estudos giram em torno de conhecer questões como:

O geral, a história do Brasil, sobre o MST é com a escola através dos projetos e dos movimentos, como o desfile de 7 de setembro, onde a gente procura saber mais sobre o MST pra poder levar pro desfile, quando fizemos a ocupação da escola a gente estudou bastante, passeatas, teatro, curta na escola, show de talentos. Essas atividades não são coordenadas pela professora de história, são pelos diretores e muitas vezes pelos alunos. Não é uma obrigatoriedade, participa quem quer e se organizam a partir dos interessados. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017).

Segundo a educadora Débora, o seu trabalho na Escola Nova Sociedade lhe dá liberdade de atuação enquanto educadora:

Eu tenho plena liberdade, talvez porque a direção conheça meu trabalho e eles sabem que eu não vou fazer uma coisa tresloucada, mas a minha liberdade é total, mas claro eu sempre comunico, converso quando acho que vai ser um pouco controverso, mas nunca me senti mal, nunca me fizeram me sentir mal, também porque sei lá, as pessoas sabem o que vou fazer, conhecem meu trabalho, então tenho total liberdade pra trabalhar ali. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017).

Todas as entrevistas deixam claro que o trabalho sobre a luta pela terra e o MST é feito com os educandos e educandas e que a escola trabalha essas questões a partir do currículo de História desenvolvido pela educadora, mas principalmente pelos projetos que a escola desenvolve, portanto a tarefa de trabalhar esses temas não é responsabilidade apenas da disciplina de História, mas da escola como um todo.

2.6 Formação política e pedagógica para os educadores

Quando olhamos para a formação dos Sem Terra, seja ele camponês, educando educador, sempre vemos o MST como *um sujeito pedagógico*, ou seja, um coletivo em movimento que educa e atua com intencionalidade de processo de formação das pessoas que fazem parte desse Movimento.

Essa dimensão pedagógica de que falo se apresenta primeiramente no próprio caráter do MST, produzido em sua trajetória de luta de classes e isso se apresenta em seus objetivos, princípios e valores. Tudo isso se materializa em suas práticas educativas, ou seja, para além de ocupar latifúndios improdutivos, que não cumprem com sua função social e neles produzir alimentos e vida digna, também tem como papel fundamental ajudar na construção de seres humanos melhores, ajudando a resgatar a humanidade daqueles e daquelas que de certa forma já a haviam perdido.

Para Roseli Caldart:

Olhar para o movimento social como sujeito pedagógico significa retomar uma vez mais à reflexão sobre a educação como formação humana e suas relações com a dinâmica social em que se insere. A preocupação em compreender mais profundamente como acontecem os processos de formação humana e a tentativa de identificar, em cada circunstância histórica, quem são os principais personagens da cena pedagógica, quem são, afinal, os sujeitos educativos, tem sido uma das constantes na história da educação e das teorias pedagógicas. (Caldart, 2004, p. 317)

Ainda segundo Roseli, “o MST educa os sem-terra...” (Caldart, 2004, p.339) e educa também aqueles e aquelas que optam em fazer parte desse Movimento, por outro viés que não seja lutar pela terra, mas, que entram no Movimento como educadores de sala de aula, por

exemplo, e que ao se depararem com a pedagogia do MST vão se construindo, reconstruindo e aprendendo coisas novas, jeitos novos e fazendo opções de vida diferentes.

No caso da educadora Débora, a mesma ressalta a importância da formação política e pedagógica desenvolvida pelo MST junto às escolas e diz que *“essa formação eu nunca tive nada no nível que eu tive com o MST, e aprendi, não vou dizer tudo o que eu sei, mas, muito e tenho muito que aprender ainda”*. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017).

Muito do que ela aprendeu e aprende nas formações e no MST ela tenta colocar em suas aulas. Um dos exemplos que ela citou é quando trabalha a questão da expansão marítima, a Idade Média e o Feudalismo, por exemplo, no final do conteúdo da Idade Média e antes de trabalhar a expansão marítima europeia, ela trabalha a questão da terra, tentando sempre ligar com a realidade.

Uma dificuldade apresentada pela educadora em trabalhar as questões da terra com os materiais do Movimento é de que às vezes os textos dos livros do Movimento são mais complicados, os educandos às vezes não entendem, tendo que repensar a metodologia. Ela ressalta também que para além das dificuldades com os textos mais complexos, tem a dificuldade de leitura e de interpretação apresentada pelos educandos, por exemplo, ela apresentou um texto que falava sobre os movimentos da terra no Brasil, foi lido, ela explicou, eles interagiram, entenderam quando foi explicado, mas na hora de responder as questões de interpretação, eles não conseguiram fazer.

Outro texto usado pela educadora é do João Pedro Stédille, chamado *“Capitanias hereditárias, a ocupação do latifúndio no Brasil”*. Ela também faz um link desse texto com a luta pela terra no Brasil, a Lei de Terras (1850) e a função social da terra. Segundo a educadora eles demonstram dificuldades na interpretação, mas ela trabalha mesmo assim, pois segundo ela *“é difícil achar textos bons para nível deles sobre esse assunto”*. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017)

A educadora também coloca como dificuldade o trabalho sobre o MST e a luta pela terra, pois segundo ela, uma parte dos educandos, principalmente do 2º ano, os que não são filhos de assentados, veem o MST como:

Ladrão, vagabundo, sem vergonha, que não querem trabalhar, que roubam a terra, e mesmo contextualizando historicamente, eles continuam dizendo que são todos vagabundos e os que são do assentamento, filhos e netos de assentados, se não concordam, ficam quietos. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017).

Para a educadora,

A luta pela terra reflete o que tu és como ser humano, o que tu entendes como justiça social, essa é a questão que tem que ser trabalhada, é a questão do ser humano, com isso ela vai entender a luta pela terra, a cooperação, que tu não mata teu irmão, que o dinheiro não é mais importante que o ser humano, essa formação pra mim ela vem em primeiro lugar, porque dela deriva todo o resto, a compreensão que eles vão ter pela Reforma Agrária, a compreensão que eles vão ter pela questão política do país, compreender esses valores, que a maioria dos educandos não tem, pois não tocam eles uma pessoa morrer de fome e eu não sei como fazer para que uma pessoa se sensibilize com outro que morre de fome. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017).

De acordo com ela, a presença do MST dentro da escola é muito importante para ajudar nesse debate, porque para ela;

Ha pouca presença do MST dentro da Escola, eu queria que o movimento estivesse mais presente dentro da sala de aula, dentro da nossa escola, levando gente para conversar com os alunos sobre outros assuntos, conversando com a gente para saber como é a realidade dentro dessas escolas, o que está acontecendo dentro dessas escolas, porque não é só a disciplina de História que vai carregar isso aí, tem que ser um todo, mas isso não existe e mesmo que existisse, teria que ter um apoio de fora, porque mais a gente está perdendo pra televisão. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017).

E chega a sugerir que outras pessoas do Movimento, estudantes que estão fazendo faculdade como as Licenciaturas em Educação do Campo, ou educandos das escolas como o ITERRA¹¹ se dispusessem a ir pra a escola, ou para as escolas dos Assentamentos contribuíssem com debates sobre a luta pela terra, conjuntura atual, podendo trabalhar durante as aulas, ou em horários inversos, para ajudar na formação política desses educandos.

Em relação ao plano de aulas, o programa, segundo a educadora nem tudo ela coloca no quadro,

Quando eu coloco no quadro, não coloco tudo, porque tem muito preconceito, só que, o que eu uso ali no meio ninguém sabe, por exemplo, eu não coloco no meu programa a questão da terra no Brasil, então eu chego de “sola”, já que estamos trabalhando isso, vamos ver a questão da terra do Brasil, mesmo quando eu estou trabalhando o tema em si, dependendo da turma eu já vou falando, tenho que saber como colocar, porque se é uma turma muito “direitosa” eu tenho que saber como colocar, depende muito da turma, porque o meu objetivo não é só dar nos “dedos deles”, meu objetivo é que eles mudem a maneira de pensar, que eles tenham “armas” para definir o que eles querem. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017)

¹¹ O Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) é um instituto de formação técnico, localizado em Veranópolis, Rio Grande do Sul. Saiba mais: CADERNOS DO ITERRA: O Instituto de Educação Josué de Castro e a Educação Profissional, 2008.

A educadora relata que está muito difícil de trabalhar a questão da reforma Agrária com os educandos/as. Segundo ela, já ouviu comentários depreciativos em relação a abordagem de alguns professores por parte de alguns alunos, que afirmam que.

Esses professores que são vinculados (que não são todos que são vinculados ao Movimento) ao Movimento, é só tu fazer um trabalhinho sobre o MST que eles te passam. Eu vejo que é uma hipocrisia muito grande, porque hoje em dia há um preconceito dos alunos em relação a esses temas, é uma coisa que me surpreende e me deixa um pouco fora de lugar, eu estou numa “piração” da minha profissão. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017)

A educadora demonstra preocupação em relação à absorção dos conteúdos trabalhados pelos educandos, por isso salienta que;

Eu gosto de fazer coisas diferentes, eu gosto de fazer teatro, de fazer curtas com eles. Primeiro eu fazia teatro, eles tinham que fazer relativo ao conteúdo, por exemplo, revolução industrial, eu pegava um texto que ligava as lendas urbanas terem nascido com a revolução cultural, o FrankStein, o médico e o monstro, então eles tinham que fazer teatro sobre essas histórias ou então curtas, fazer sobre Pré-história, diferença sobre neolítico e paleolítico, eu pedia sobre a idade média, eu pedi sobre ditadura. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017).

A Diretora da Escola coloca que quem determina quais são os conteúdos a serem ou não trabalhados na escola são os educadores junto com a comunidade escolar, que é o quadro da escola, ou seja, os recursos humanos, e que os conteúdos definidos não são responsabilidade de uma ou de outra disciplina. A abordagem de temas vinculados à luta pela terra e ao MST não é apenas tarefa do educador e do currículo de História, ela é uma tarefa de todos os educadores e da gestão em geral.

A diretora coloca também que a Escola desenvolve junto à comunidade um diagnóstico e que tentam com isso trazer para dentro da Escola alguns elementos da realidade da realidade do município e dentro dessas porções entra também as questões do Movimento Sem Terra, porque no município de Nova Santa Rita existem quatro assentamentos e dentro desses assentamentos há cooperação, agroindústria, feiras, agroecologia, questões referentes a organicidade do Movimento, a questão da merenda escolar, entre outras coisas e tudo isso, segundo a diretora, *“perpassa, permeia a discussão dos conteúdos de todas as disciplinas”* (entrevista concedida à autora, Veranópolis, setembro de 2017)

A diretora também diz que;

Na disciplina de História, se for pelo currículo que vem do Estado, não se agrega nada desses temas, inclusive a própria escolha do livro didático, onde os educadores colocaram que “até poderiam escolher, porem trabalham tão pouco com eles que o que vier pode ser facilmente manipulado, porque não é trabalhado pela sequência do livro didático, mas pelos conteúdos que eles buscam pesquisar para dar conta da realidade”. (entrevista concedida à autora, Veranópolis, setembro de 2017).

Para além do trabalho das disciplinas em sala de aula, a Escola desenvolve vários Projetos, um deles é o da rádio escola, que os alunos fazem com a professora Debora da disciplina de História, onde eles mesmos fazem a programação musical e os temas a serem abordados. Esse projeto começou com outra pessoa e depois assumido pela educadora e por outro educador da escola, porém ela não tem mais a finalidade que tinha no começo, uma das razões é de que os educadores não têm muito tempo para desenvolver as atividades, devido à correria do dia a dia e outra razão é de que os próprios educandos não se interessam tanto quanto antes, até porque, segundo a educadora;

Os alunos se sentem indignados em não poder colocar as músicas que eles querem tipo funk, então às vezes rola um boicote com a rádio, eles levam as músicas deles, o que eu estou querendo dizer é o seguinte, quando eu entrei na escola eu me sentia mais dentro de uma escola de Assentamento, hoje em dia ela tem poucas características de uma escola de assentamento, e olha que eu trabalhei em outras escolas antes, os alunos que estão ali dentro possuem características de qualquer outra escola. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017).

Tem o cinema (curtas) na escola, onde todo ano tem um festival, com filmes, curtas, produzidos pelos educandos e a educadora de História, esse projeto vem sendo desenvolvido há cinco anos e no início eram trabalhados assuntos relacionados aos conteúdos da História. Normalmente os temas eram definidos pela própria educadora que se baseavam no conteúdo que ela estava trabalhando ou temas diversos, mas indicados por ela, indicando inclusive o que deveria aparecer enquanto conteúdo, o que se tornava frustrante para os educandos, porque ao determinar o tema e os conteúdos que seriam abordados “*não são eles que fazem, é tu que fazes, ou seja, quem criou, tu ou eles? Eles estão aí só para reproduzir?*” (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017).

Em função disso, algumas mudanças foram acontecendo na metodologia ao longo dos cinco anos, ou seja, para além dos temas relacionados aos conteúdos de História, a educadora optou em deixar “livre”, para que os próprios educandos escolhessem sobre o que queriam falar.

Para este ano, 2017, esse projeto se expandiu para toda a escola, trabalhariam em

conjunto, não apenas como atividade da educadora da disciplina de História, porém devido à greve dos professores, o mesmo não será colado em prática, mas a pedido dos educandos, a educadora Débora continuará desenvolvendo a atividade via disciplina de História, agora com o protagonismo deles. Porém a forma e o conteúdo ainda não estão definidos, mas já existe o diálogo entre os educandos com a educadora para chegarem a um acordo sobre o tema que será abordado neste ano, pois segundo a educadora, não dá mais pra usar a metodologia do passado, onde ela definia, porque hoje

Se eles não querem fazer, eles não fazem, então pra conseguir a transformação que tu queres naquele ser humano não dá pra impor, tem que ouvir o que eles te a dizer, porque, eu tenho muito pra falar, mas tenho que saber o que eles querem e o que eles tem a dizer, e quantos educadores querem ouvir o que os educandos querem dizer? eu não posso pensar meu fazer pedagógico se eu não sei quem é aquela pessoa, se eu não sei como chegar nele e eu consigo compreender muito eles na construção desses filmes que eles fazem. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017)

Em relação à luta pela terra e o MST um dos temas abordados por esse projeto foi a formação do Estado, onde cada grupo apresentou Movimentos que contestavam a autoridade do estado, então um grupo apresentou o MST, outro grupo o Levante Popular da Juventude, outro o Movimento das Mulheres Camponesas, outro apresentou a Via Campesina. O trabalho com esse tema deu mais resultados positivos com a turma do Ensino Médio da noite, pois segundo a educadora a turma do Ensino Médio da manhã.

São mais alienados, primeiro tem que chegar na pessoa dele, não apenas empurrar o tema, tem que saber chegar, se não o cara coloca uma carapaça, e é a maciça maioria, ainda mais nessa onda “conservadorista, porque se não eles vão me apresentar o que é politicamente correto, vão me dar o que eu quero ouvir, e eu não quero isso, porque aí estou me sentindo enganada e isso aconteceu por muito tempo. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017).

Outro projeto desenvolvido pela escola com os educandos é o de agroecologia, esse ano está se dedicando bastante, já tem canteiros, tem uma professora Uruguiaia que é agrônoma e ela vem uma vez por semana para ajudar a fazer trabalho agroecológico, não no sentido de produzir muito, mas de produzir conhecimento, fazer biofertilizantes, compostagem, traz temperos, ervas medicinais e plantas alternativas, que são cultivadas, e apresenta aos educandos, depois fazem farmacinha, produzem os chás.

Há ainda oficinas de culinária, na qual os educandos produziam para a escola itens como bolos e pastéis, e a de marcenaria, que ajudava a arrumar a estrutura danificada da

escola. No ano passado, tinham a escola “Makarenko” para aqueles alunos que não estavam conseguindo acompanhar, estavam tendo dificuldade ou problema de indisciplina, então se aproveitava dessas oficinas para trabalhar com esses educandos/as.

Segundo a educadora, nesses dois projetos ela não desenvolve nenhuma atividade vinculada à disciplina de História.

Outro projeto que, segundo o vice-diretor, é considerado a “*menina dos olhos*” da escola, se chama “Relações Humanas, Motivação e Cooperação”, com Pertti Simula. Pertti é Mestre de Ciências pela Universidade de Helsinki – Finlândia, vive e atua há 40 anos entre o Brasil e a Europa. Começou a trabalhar com o MST no estado do Paraná em 1999 com uma cooperativa. Logo após, a partir de outras demandas do movimento, iniciou seu trabalho em outros estados. Hoje, desenvolve trabalhos com cooperativas, escolas, institutos de formação, universidades e um curso de cooperativismo em parceria com MST, Fundação Mundukide e Instituto Consciência¹².

Na Escola Nova Sociedade, Pertti desenvolve um projeto chamado *Curso Contínuo* sobre “*Relações Humanas, Motivação e Cooperação*”, que é desenvolvido com todos os trabalhadores da escola. Esse trabalho tem como objetivo o trabalho sobre as riquezas humanas e os empecilhos, métodos de conscientização, conceito sobre o ser humano e o plano de desenvolvimento de cooperação. Seu trabalho tem como ponto de partida as questões práticas da escola, as riquezas que se devem desenvolver e despertar nos educandos para ajudá-los a alcançar seus objetivos. Ele também trabalha a autoconscientização com os educandos, educadores e trabalhadores em geral, além de abordar os aspectos da crítica e autocrítica e de como ela deve ser feita, abordando a problemática, mas também desenvolvendo uma metodologia de como resolver os problemas¹³.

A escola Nova Sociedade é a primeira escola onde ele desenvolveu esse trabalho, é uma espécie de plano piloto. Segundo o vice-diretor.

Esse projeto é muito importante aqui na escola, porque ele nos fez perceber o seguinte: A gente sempre, nós da esquerda, a gente sempre achou que os problemas das pessoas é causado pelo social, a pessoa é muito pobre, miserável na vida, sem estrutura, sem esgoto, sem saneamento básico, o pai com dificuldade de arrumar emprego, o aluno é assim, vem aqui não quer estudar, é violento, mas, a gente percebeu que existe outra dimensão, que existe outro tipo de violência que é emocional, que tem a ver com as relações, porquê que essas coisa que acontece pode existir comigo e contigo e tu pode, digamos: “teu pai separou da sua mãe e meu pai separou da minha mãe, tu pode encarar isso ou agir de uma forma, eu de outra, que está num plano mais de como tu lida com suas emoções” como tu lida com os problemas. Todos nós temos, uns mais, uns menos, agora como lidamos com esses

¹² (<http://www.mst.org.br/2017/08/16>). Acessado em: 01/11/2017, às 10:09.

¹³ <http://www.conscientia.se> Acessado em: 02/11/2017, às 13:45.

problemas é diferente. A partir do estudo dessa experiência, a gente viu que cada um tem sua consciência, que cada um tem que fazer suas escolhas, claro que a escola tem que ser organizada, mais que tu tem que respeitar também a vontade, o desejo e a escolha do aluno, então esse projeto é um grande guarda-chuva do Pertti que dentro dele está abrigado essas outras questões. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017).

Para a educadora da disciplina de História, o projeto desenvolvido pelo Pertti na escola é muito importante e tem ajudado muito, não como “receita”, mas como processo para ajudar na conscientização das pessoas em relação ao cuidado com o ser humano, de amor.

Segundo a educadora:

O Pertti apresenta o projeto, mas para se engajar nisso precisa de uma abertura emocional de se enxergar e de se olhar primeiro, ver tudo o que tu tem de bom e de ruim e simplesmente aceitar isso, só aceita, não julga, não critica, só olha, aceita o que tu és, porque fazendo isso contigo, tu vai conseguir fazer com os outros. Porque a dificuldade do ser humano reside em não conseguir perdoar o erro que ele acha que o outro cometeu, por isso os coletivos não se acertam, pois estão sempre julgando uns aos outros, por isso tu julga menos quando tu percebes que é igual ao outro. Esse se ver como igual pra mim é uma base, pois, eu vou me ver como igual quem olha nos meus olhos e me vê como igual, não importa o que ele seja, essa compreensão é profunda e tu só pode passar isso para teus alunos se tu não compreendes isso. Se tu vê o mundo e te vê dessa maneira e se tu vê a tua relação com as outras pessoas dessa maneira, isso é uma construção, uma coisa que tu tens que se dispor a fazer e é dolorido e poucas pessoas estão dispostas a isso. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017).

A Diretora da escola também chama a atenção para o projeto, “Relações Humanas, Motivação e Cooperação”, pois, segundo ela, tem muitos educandos e educandas que

Escolhem vir pra nossa escola estudar por ter esse olhar mais humano, porque a gente tem muito esse trabalho que a gente faz com o Pertti sobre as relações humanas, de respeito aos sentimentos, então eles chegam achando que é uma escola igual a outra, mas aos poucos vão sentindo que são mais respeitados, que eles tem mais liberdade de expressão, que eles conseguem interagir mais com a direção, com os professores, que o professor não é um mero repassador de conhecimentos, mas ele está ali pra dialogar, então o professor provoca muito eles, quando eles vem com algumas piadas, com coisas mais agressivas, tipo Bolsonaro, eles provocam os professores, a direção, pra ver nossa reação, e a gente faz um diálogo muito tranquilo com eles sobre isso, e eles vão percebendo que eles tem essa liberdade de se expressar, que a liberdade está mais presente que a repressão, e nesse sentido a gente recebe muito apoio dos pais, de eles dizerem que não imaginavam que uma escola de sem-terra seria uma escola que viria mexer também com o conceito de escola deles, é claro que tem alguns pais que tem algumas críticas, mas simplesmente eles não falam, eles retiram as crianças e mudam de escola, quando eles percebem que a escola trabalha a questão da conscientização, mais isso não é nem 1% dentro do quadro geral da escola. (entrevista concedida à autora, Veranópolis, setembro de 2017)

A Diretora também destaca o trabalho dos Projetos que a escola desenvolve e salienta

sua importância na formação dos educandos e educandas, pois mesmo não tendo trabalhos de conclusão de curso para o Ensino Médio, a escola tenta através dos projetos desenvolvidos incentivar a pesquisa e segundo a diretora, neste ano de 2017 já foram desenvolvidos vários projetos, entre eles:

A questão a história da música, a história do teatro e neste caso, para além da história, os temas que o teatro vai trazer pra realidade da escola, para fazer esse diálogo, e por último a questão das curtas, onde eles trazem temas relacionadas a questão da realidade, temas que estão latentes e que a gente precisa debater e um dos temas sempre entra a questão da luta, da cooperação, da questão de gênero, das diferenças, a questão da luta está muito presente na simbologia da escola, exposto, quem chega lá, já sabe que é uma escola do MST. (entrevista concedida à autora, Veranópolis, setembro de 2017)

O 7 de Setembro é sempre um evento importante no município de Nova Santa Rita, a Escola Nova Sociedade participa todos os anos com seus educandos, educadores e com a comunidade em geral, pois é um momento onde a escola apresenta sua visão crítica sobre assuntos que estão latentes na sociedade. Temas como a questão da terra e da Reforma Agrária, sobre a escola do campo, produção agroecológica, fazendo uma crítica ao uso do agrotóxico. Cicero destaca que;

O sete de setembro é uma data peculiar em Santa Rita, pois sempre há mais de sete mil pessoas esperando esse evento, e o pessoal já fica se questionando o que a Escola Nova Sociedade vai trazer dessa vez, sempre fica aquela expectativa. Sempre tem uma crítica, uma reivindicação, e esse ano de 2017, já estamos preparando o tema que é o Brasil que temos o Brasil que queremos. (entrevista concedida à autora, Nova Santa Rita, agosto de 2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor o trabalho na escola Nova Sociedade, o objetivo central era analisar se a escola desenvolvia trabalhos relativos à população do campo, à luta pela terra e à história do MST e se esses eram abordados no currículo de História do Ensino Médio.

Partindo desse objetivo, iniciou-se o trabalho de pesquisa nos documentos internos da escola, como o Projeto Político Pedagógico, Regimento Interno, Planos de Estudo e entrevistas com a educadora da disciplina de História, Direção e educandos, com o intuito de averiguar na prática se e como esse trabalho está sendo desenvolvido.

Com o trabalho foi possível observar que, desde seu surgimento, a escola demonstrou preocupação em se manter fiel aos princípios políticos e organizativos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pois entende que são filhos e filhas dessa história de luta.

A partir da pesquisa e da análise documental, conclui-se que a Escola Nova Sociedade, apesar de todas as dificuldades apresentadas, como por exemplo, a maioria dos educandos e educandas já não serem oriundos do assentamento; dificuldades que passam os educadores que se propõem a construir uma educação diferente sem suportes pedagógicos para o trabalho; uma educação que vai além do conteúdo estabelecido pelo programa do governo. Dificuldades que vão desde estruturas adequadas até uma formação pedagógica e política que permitam que esses educadores estejam minimamente preparados, para contribuírem na formação humana, política e social desses educandos. Do pouco material pedagógico do MST, materiais didáticos e paradidáticos de forma geral acessível para trabalhar com educandos da faixa etária do Ensino Médio, pois os que existem são muito complexos, densos, de difícil compreensão por parte dos educandos, exigindo um esforço e um tempo maior dos educadores em preparar esse material, lapidá-los e deixá-los de uma forma que os educandos e educandas possam compreendê-los e assimilá-los, a escola trabalha as questões da luta pela terra e o MST.

Ao concluir este trabalho o objetivo central foi atingido, ou seja, pode-se afirmar que, a Escola Nova Sociedade trabalha a abordagem de questões relativas aos/às trabalhadores/as do campo e à luta pela, porém, nem sempre esse trabalho se dá somente no âmbito da disciplina de História, mas muito mais através de projetos desenvolvidos pela escola, e é desenvolvido pelo conjunto da escola, perpassando outras disciplinas, outros tempos, outras dinâmicas, para além da sala de aula e foram mencionados ao longo deste TCC.

As pessoas que foram entrevistadas entendem que, não existe Escola Nova

Sociedade desvinculada da história da luta pela terra, desvinculada das marchas, das mobilizações, dos acampamentos, das greves, enfim, não existe escola Nova Sociedade desvinculada de um projeto social e político de emancipação do ser humano e de construção de um projeto de uma nova sociedade, pois entende que, para além da escola, os sujeitos, neste caso, os educandos e educandas, se forjam e produzem aprendizados em outras vivências, por isso, como aparece no Dossiê MST Escola;

A Pedagogia do Movimento não cabe na escola, porque o Movimento não cabe na escola, e porque a formação humana também não cabe nela. Mas a escola cabe no Movimento e em sua pedagogia; cabe tanto que historicamente o MST vem lutando tenazmente para que todos os Sem Terra tenham acesso a ela. A escola que cabe na Pedagogia do Movimento é aquela que reassume sua tarefa de origem: participar do processo de formação humana. (DOSSIÊ MST ESCOLA, 2005, p. 244).

O tema da pesquisa aparece com muita ênfase nos documentos internos da escola, nos materiais usados pela educadora para preparar suas aulas, nas falas da educadora, da direção e na fala das educandas. Todos dialogam entre si, numa perspectiva de que trabalhar as questões da luta pela terra e o MST é princípio da escola e que se coloca em prática a partir das condições objetivas que a escola apresenta.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do homem – compaixão pela terra – Petrópolis - RJ, Vozes, 1999.

Bloch, Marc Leopold Benjamin. 1886-1944 a Apologia da história ou ofício de historiador/ Marc Bloch; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CADERNOS DO ITERRA, método pedagógico. Ano IV – nº 9 – Veranópolis, RS: dezembro de 2004.

CADERNOS DO ITERRA, O Instituto de Educação Josué de Castro e a Educação Profissional. Ano VII – nº13 – Setembro de 2007.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTO, Gaudêncio. Dicionário da Educação do Campo – Rio de Janeiro, São Paulo.

Caderno de Educação nº 8 – 1999- Princípios de Educação do MST

Conferencia Nacional: Por uma Educação Básica do Campo. Brasília, julho de 1998.

COSTA, Thalles Chaves. XVI Encontro de Pesquisa e Extensão - XVI ENCOPE/UERN – Mossoró - 14 a 16 de abril de 2010.

VAIFAS, Ronaldo. <https://www.companhiadasletras.com.br> -

Dossiê MST ESCOLA – Documentos e Estudos 1990 – 2001. Caderno de educação nº 13- Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA. 1ª edição – agosto de 2005.

Documentos da Escola Nova Sociedade; histórico da Escola; Plano de Estudos; Projeto Político Pedagógico e Administrativo; Regimento do Ensino Médio.

In: Dicionário de Conceitos Históricos - Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva – Ed. Contexto – São Paulo; 2006.

LIMA, Elmo de Souza. Educação do campo, currículo e diversidades culturais.¹⁴

¹⁴ [Doutorando em Educação e professor da UFPI \(Universidade Federal do Piauí\).](#)

MANÇANO, Fernandes Bernardo. A formação do MST no Brasil- Petrópolis RJ: Vozes, 2000

PNCC, segunda versão revisada: Ministério da Educação – Brasília; abril de 2016.

PARECER N.º: 36/2001 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; RELATORA: Edla de Araújo Lira Soares DF -04.12.2001.

QUELHAS, Álvaro Azevedo. Teorias do currículo e currículo em Educação Física escolar: Considerações preliminares. <http://cev.org.br/biblioteca/teorias-do-curriculo-e-curriculo-em-educacao-fisica-escolar-consideracoes-preliminares/>. Acesso em 01/11/2017.

SACRISTÁN, J. Gimeno; O currículo: uma reflexão sobre a prática, 3ª ed, Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SÁ, Carolina¹⁵ Figueiredo; PESSOA, Ana¹⁶ Cláudia Rodrigues. Currículo e educação do campo: tensões e resistências à nucleação escolar.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte:

VENÂNCIO, Joaquim. Escola Politécnica de Saúde – São Paulo, Expressão Popular, 2012.

X ANPED SUL organização curricular e do trabalho pedagógico da escola do campo; em busca de reflexão. Maria Ruth Sartori da Silva e Zuleika Aparecida Claro Piassa. Florianópolis, outubro de 2014.

¹⁵ Orientadora. Doutora em Educação, UFPE.

¹⁶ Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco, bolsista do CNPQ. Tem atuado na coordenação pedagógica de projetos de Educação Popular de acampamentos e assentamentos rurais em Pernambuco. *Em*